

# A revitalização da epopeia na afirmação da identidade de Timor Lorosae: d’*Os Lusíadas*, de Luís de Camões, a *Mauberíadas*, de Xanana Gusmão

---

Manuel Ferro<sup>1</sup>

**Resumo:** Há quase dois séculos que as vanguardas anunciam a morte da epopeia. Se na Europa é viável incluí-la no conjunto de géneros mortos, sem vitalidade, nem expressiva relevância desde o século XIX, o mesmo não se pode afirmar se forem tidas em linha de conta as literaturas de países que se foram gradualmente libertando do jugo colonialista e procuram construir a sua própria identidade nacional. Nesse sentido, e em tais contextos, a epopeia ainda é um género por excelência onde se põe à prova o estro poético do autor, ao mesmo tempo que este se afirma como porta-voz de uma comunidade com quem partilha a mundivisão e respetivos valores. Nalguns casos concretos da lusofonia, a epopeia continua a ser um modo de afirmação das idiossincrasias dos povos que a integram. Não admira, por isso, que *Os Lusíadas* constituam uma referência, um paradigma, um modelo a seguir ou a contestar, e Luís de Camões seja o poeta maior, colocado acima mesmo dos grandes épicos da Antiguidade Clássica. Ora, nesse diálogo estabelecido entre as literaturas lusófonas, no caso mais recente verificado com a independência de Timor Lorosae, é igualmente através da epopeia, e seguindo o arquétipo da obra camonianiana, uma vez mais, que a identidade da cultura maubere se exprime. Ainda antes da independência alcançada, antes até do domínio indonésio, Xanana Gusmão compõe *Mauberíadas*, e através desse poema heroico, de exaltação do seu povo e da sua cultura, acaba por ser premiado. Assim, é do profícuo diálogo de culturas, estabelecido especificamente entre os dois poetas, cujo objetivo foi em ambos os casos o de afirmar e divulgar ao mundo a grandeza, a coragem e identidade da sua pátria, que se revitaliza um género que há muito se tem vindo a considerar morto.

**Palavras-chave:** Épica. Epopeia. *Mauberíadas*. Xanana Gusmão.

**Resumen:** Hace casi dos siglos que las vanguardias anuncian la muerte de la epopeya. Si en Europa es viable incluirla en un conjunto de géneros muertos, sin vitalidad, ni expresiva relevancia desde el siglo XIX, lo mismo no se puede afirmar si

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras, área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literatura Comparada em Letras Modernas e Literatura Comparada, pela Universidade de Coimbra (Portugal), é professor de Língua, Cultura e Literatura Italiana e pesquisador do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra (Portugal).

son consideradas las literaturas de países que se fueran gradualmente libertando del yugo colonialista y buscan construir su propia identidad nacional. En ese sentido, y en tales contextos, la epopeya aun es un género por excelencia donde se pone a prueba el genio creador del autor, al mismo tiempo en que este se afirma como porta-voz de una comunidad con la cual comparte una visión de mundo y respectivos valores. En algunos casos concretos de la lusofonia, la epopeya continúa a ser un modo de afirmación de la idiosincrasia de las gentes que la integran. No nos sorprende, por eso, que *Os Lusíadas* constituyan una referencia, un paradigma, un modelo a seguir o contestar, y Luis de Camões sea el poeta más grande, elevado más arriba mismo de los grandes épicos de la Antigüedad Clásica. Pues, en este dialogo establecido entre las literaturas lusofonas, en el caso más reciente verificado con la independencia de Timor Lorosae, es igualmente a través de la epopeya, y siguiendo el arquetipo de la obra camonianiana, una vez más, que la identidad de la cultura maubere se exprime. Aun antes de la independencia alcanzada, antes del dominio indonesio, Xanana Gusmão compone *Muberíadas*, y a través de ese poema heroico, de exaltación de su pueblo y de su cultura, acaba por ser premiado. Así, es desde el proficuo dialogo de culturas, establecido específicamente entre los dos poetas, cuyo objetivo fue en ambos los casos lo de afirmar y divulgar al mundo la magnitud, el coraje y la identidad de su patria, que se revitaliza un género que hacía mucho se vino a considerar muerto.

**Palabras-clave:** Epica. Epopeya. *Mauberíadas*. Xanana Gusmão

**Abstract:** For almost two centuries the vanguards have announced the death of the heroic poem. If in Europe it is feasible to include it in the set of dead genres, without substantial vim, nor expressive relevance since the nineteenth century, the same cannot be said if the literatures of countries that have gradually released the colonialist yoke are taken into account and try to build their own national identity. In this sense, and in such contexts, epics is still a genre par excellence where is tested the poetic inspiration of the author, while he is identified as a spokesman for a community who shares the worldview and its values. In some specific cases of Lusophony, epics remains as a way of statement of the idiosyncrasies of the people who comprise it. No wonder, therefore, that *The Lusíads* constitute a reference, a paradigm, a model to follow or to contest, and Luís de Camões is the greatest poet, placed above even the great epic poets of Classical Antiquity. Then, in this dialogue established among the Lusophone literatures, mainly with the most recent case occurred with the independence of East Timor, it is also through the epics, and following the archetype of Camões' work, once again, that the identity of the Maubere culture is expressed. Even before the proclamation of the independence, prior to the Indonesian rule, Xanana Gusmão composes *Mauberíadas*, and through this heroic poem, of exaltation of his people and culture, turns out to be awarded. So, it is the fruitful dialogue of cultures, established specifically between the two poets, whose objective was in both cases to state and disclose to the world the greatness, courage and identity of their homeland, that a genre that for a long time has been considered dead is revitalized.

**Keywords:** Epics. Heroic poem. *Mauberíadas*. Xanana Gusmão.

O ano da graça de 2015 foi motivo para se celebrar o quinto aniversário da chegada dos portugueses a Timor<sup>2</sup>, quatro décadas do término da presença lusa naquele longínquo território da Insulíndia, ocorrido em 1975, ano da proclamação da independência, e ainda treze anos do fim da ocupação indonésia no território<sup>3</sup>, assumindo este, então, a sua plena autodeterminação e tornando-se o estado soberano mais jovem do século XXI. Ao mesmo tempo, assume então o seu estatuto internacional de pleno direito enquanto membro das Nações Unidas e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O tom do discurso usado em semelhantes ocasiões, e muito particularmente em composições celebrativas, visa por sobejas razões a afirmação e fundamentação da independência, bem como a construção e consolidação da identidade maubere. Por mais anacrónico que possa parecer a um leitor desprevenido ou a um estudioso vanguardista dos dias que correm, justifica-se assim em tais situações a recuperação de uma retórica e de um estilo eloquente que muito retoma dos códigos e das estratégias dos modelos épicos de períodos que pretendiam a exaltação do passado glorioso das nações, dos povos ou das comunidades. Tanto mais agora, num momento de revisitação pós-moderna da tradição, em que a perspetiva crítica muitas vezes assumida, quando não mesmo paródica, permite a recuperação de modelos por muitos considerados mortos ou obsoletos (Cf.

---

<sup>2</sup> As datas apontadas para o primeiro contacto com os portugueses situam-se entre 1511 e 1515. Com base nas informações colhidas nos testemunhos mais coevos, da autoria de Francisco Rodrigues, Duarte Barbosa, Rui de Brito Patalim, Jorge de Albuquerque, Pedro de Faria e António Pigafetta, José Manuel Garcia (GARCIA, 2015, p. 29-33) é de parecer geral de que as primeiras informações sobre a localização da ilha recuam a 1511, muito embora a primeira viagem se tenha efetivado apenas em 1515.

<sup>3</sup> Sobre o período conturbado que vai de 1974 até à data da publicação (1992), evidenciando o delicado e controverso processo de descolonização dos territórios sob administração portuguesa ao tempo espalhados pelo globo, veja-se o detalhado capítulo da autoria de Pesarat Correia, "Portugal na hora da descolonização" (CORREIA, 1992), de modo particular as páginas referentes ao caso específico de Timor (*Idem, ibidem*, 160-168).

HUTCHEON, 1991, p. 42-59; 120-137; 163-182; e 203-226), e que assumem nos dias que correm uma carga ideológica, quando não mesmo política, significativa (Cf. HUTCHEON, 1991, p. 227-253 e 254-278). De qualquer modo, mesmo depois de Mikhail Bakhtin (BAKHTIN, 1998, p. 397-428) ter tratado da relação contrastiva e comparativa da epopeia e do romance, e Lukács (2000) apresentar este tipo narrativo como a epopeia burguesa dos novos tempos, o certo é que ambos os gêneros surgem, segundo o parecer desses teorizadores, apresentados como o resultado da época e ideologia que os geraram, inspiraram e produziram. Gêneros, que ciclicamente se reciclam e substituem também. Por conseguinte, na sequência da morte (ou metamorfose, quando não mesmo sobreposição) do gênero, tal como preconizada por Bakhtin e Lukács, o seu natural enfraquecimento fez com que a epopeia aparecesse no *Dictionnaire raisonné de la caducité des genres littéraires* (NEIVA; MONTANDON, 2014), onde lhe é dedicada uma entrada, entre dezenas de muitos outros gêneros rarefeitos e moribundos, e que acaba por ratificar o *terminus* dessa agonia. Todavia, se esse é ainda o espírito inspirador do volume coletivo organizado por Saulo Neiva intitulado *Déclin & confins de l'épopée au XIX.e siècle* (NEIVA, 2008) — em que se procede à análise da transfiguração e adequação da epopeia às condicionantes do gosto burguês de Oitocentos, abordando as questões levantadas com o definir do gênero e as fluidas fronteiras da epopeia com outros tipos da produção literária no século XIX —, na realidade, é essa centúria aqui encarada como um amplo período de grandes mutações no âmbito dos paradigmas literários, e não só, de verdadeira revolução estética e literária, operada inicialmente pelos ventos do Romantismo. Contudo, logo um segundo volume dessa coleção,

igualmente coletivo, e incluindo um escol académico de nomes sonantes sob a batuta do mesmo diretor científico, se impõe com o título de *Désirs & débris d'épopée au XX<sup>e</sup> siècle* (NEIVA, 2008), mas agora centrando-se sobre as tentativas de reabilitação da épica durante o século XX. Tal série encerra-se, depois, com um terceiro volume, *Avatares da epopeia na poesia brasileira do final do século XX* (NEIVA, 2009), em que se apontam e se estudam os casos de atualização da tradição épica na produção dos poetas brasileiros contemporâneos. Ora com tal reorientação da perspetiva antes adotada, já não pode parecer tão surpreendente que a atenção dos críticos europeus, perante o contexto de crise de paradigmas no Ocidente, se volte para “locais onde se pensa que surgirão outras formas de representar a nacionalidade não comparáveis às conformadas entre o final do século XVIII e XIX” (QUEIROGA; SOUZA; BERNARDO FILHO, 2014, p. 159), encorajando, assim, a análise da persistência de géneros como a epopeia, ou pelo menos do espírito épico, a enformar composições contemporâneas, em que convivem os elementos próprios da cultura local, com os marcadores das respetivas nacionalidades, e a grande tradição literária e cultural ocidental. Tal fenómeno é exemplarmente manifesto no contexto da cultura e literatura timorenses.

Hoje, quando um panteão de nomes eminentes se vão “da lei da morte libertando” no contexto maubere por via do impacto que a respetiva criação literária alcançou entre o público leitor — contando-se, entre outros, escritores como Luís Cardoso, Fernando Sylvan, Jorge Lauten, Francisco Borja da Costa, Eugénio Salvador Pires, Oky do Amaral, M. Leto, Mali Manek, Jorge Barros Duarte, João Aparício, Ponte Pedrinha (pseudónimo de Henrique Borges), Fitun Fuik, Afonso Busa Metan, e como um dos supremos expoentes, o leader da resistência,

Presidente da República e, posteriormente, Primeiro-Ministro, Xanana Gusmão —, compreende-se que esse espírito nacionalista e patriótico infunde a múltiplas composições de tais autores esse pendor de modo mais ou menos explícito. Entre eles, porventura devido ao estatuto alcançado por José Alexandre Gusmão / Kay Rala Xanana Gusmão / Sha'a Na Na, que já entre 1977 e 1979 redigira *Pátria e Revolução e Guerra, temática fundamental do nosso tempo* e, em 2002, publica *Timor-Leste — Um Povo, uma Pátria*, bem como devido ao seu percurso de luta, prisão e, depois da independência, se arvora em figura de proa da nação maubere. As suas obras passam, pois, a alimentar não só a curiosidade generalizada, como a investigação, os estudos, ensaios e considerações dispersas, que hoje já reiteradamente proliferam.

Nesta ordem de ideias, a título de exemplo, o ensaio de Roberto López-Iglésias Samartim intitulado "Poemas e Pinturas de Guerra. *Mar Meu* de Xanana Gusmão" (SAMARTIM, 2003, p. 223-234) proporciona uma leitura deste livro misto de poesias e pinturas à luz dos pressupostos da literatura pós-colonial, muito embora o crítico saliente que, a seu ver, se trate mais de um produto literário e artístico de índole colonial do que pós-colonial. A seu ver, incorpora, antes, os códigos da literatura de resistência, perante a denúncia, oposição e combate ao poder imperialista indonésio, evidenciando a violência, as atrocidades e o genocídio de que o povo maubere era vítima ao tempo da composição das composições nele incluídas. Se, por um lado, se trata de um libelo de chamada à mobilização e à resistência, por outro, a demanda da solidariedade política internacional e, mais especificamente, cultural intersistémica, expressa através dos interlocutores a quem os poemas são dirigidos (crianças portuguesas, assim como os povos angolano e

moçambicano), faz com que se salientem aspetos épicos, como a retoma e recriação de mitos fundacionais, por via de lendas dum passado fabuloso, ou se elevem os oprimidos e resistentes à categoria de heróis – fator que acrescenta um capital simbólico à gesta do povo maubere em luta pela independência.

Por sua vez, o contributo de Fabio Mario da Silva, em “*Meu Mar — Timor: representações de um sofrimento histórico nas poéticas de Fernando Sylvan e Xanana Gusmão*” (SILVA, 2012, p. 1-11), como o próprio título sugere, procede a uma análise do tema do mar na produção dos dois poetas timorenses, ao mesmo tempo que procura justificar os motivos pelos quais floresce uma literatura em língua portuguesa, quando apenas 5% da população é lusófona. Partindo das declarações de Xanana Gusmão contidas no volume *Timor-Leste — Um Povo, uma Pátria I* (GUSMÃO, 2002, p. 54), que trata de afirmar uma identidade cultural timorense diferenciada da indonésia, capaz de exprimir as múltiplas facetas do seu povo, declara:

Xanana Gusmão, por exemplo, defende os pontos positivos para o povo Maubere de uma tão prolongada presença portuguesa em Timor, argumentando que os Portugueses trouxeram (i) a cristianização, que não alterou radicalmente os fundamentos morais da sociedade indígena, (ii) uma certa miscigenação cultural e, por fim, a (iii) aquisição de uma língua estrangeira – o Português – como factor para uma interpretação mais polivalente da realidade. (SILVA, 2012, p. 1)

Pelo que é levado a concluir:

O mar é onde tudo começa, dele nasce o amigo crocodilo, que lhes dá terra e protege contra o inimigo. Do mar nascem os aspectos culturais de identificação do povo, dele advém a esperança, o alimento, o divertimento, os invasores, a imensidão que faz com que o poeta se perca completamente na metafísica da sua criação. O mar deixa de ser mar para se tornar poesia, se tornar o canto nostálgico de dois poetas

[Fernando Sylvan e Xanana Gusmão] que se enxergam nele como reflexo da sua própria identidade. (SILVA, 2012, p. 9)

Nessa senda de construção da identidade do povo maubere que a análise da literatura possibilita, uma abordagem crítica coletiva da responsabilidade de Mariene Queiroga, Marinete Souza e João Bernardo Filho (“Nacionalidade, identidade e recusa em *Mar Meu*, poemas e pinturas”) (QUEIROGA; SOUZA; BERNARDO FILHO, 2014) centra-se no reconhecimento dos diferentes símbolos nacionais veiculados na obra do futuro (ao tempo da escrita) Presidente Maubere. Tomando *Mar Meu* como um exemplar expressivo da fase de formação do cânone literário timorense em língua portuguesa durante o período da resistência contra o domínio indonésio<sup>4</sup>, à referência ao mar, ao uso de uma adjetivação nativa, como o uso recorrente de “maubere”, e à assunção de símbolos do Oriente como o sol nascente, além de traços estilísticos do idioleto poético próprio, associa-se, na expressão artística, a representação das casas sagradas, da areia, do crocodilo e das cadeias montanhosas, numa constelação moldada pela configuração da oralitura timorense, das narrativas fundacionais da tradição oral, dos mitos e lendas locais que conformam a identidade nacional. Deste modo, arvorando-se em *leitmotiv* do discurso poético e artístico, tais símbolos estabelecem um diálogo coeso entre as duas componentes do livro, os poemas e as pinturas, como conferem às referências à terra, às origens primordiais, aos antepassados e ao sagrado nativo um profundo cunho político com pendor nacionalista.

---

<sup>4</sup> Queiroga, Souza e Bernardo Filho (2014, p. 158) distinguem, por razões funcionais, quatro períodos na configuração da literatura timorense: “Identificam-se, a princípio, textos de autoria portuguesa sobre Timor-Leste; textos de uma primeira geração, formados antes de 1975; textos dispersos em jornais escritos durante a resistência contra a ocupação Indonésia (pós-75); e, por fim, a literatura que sucede esse período até aos tempos de hoje.”



Praticamente em simultâneo com esta leitura, Marinete Luzia Francisca de Souza, em “As múltiplas identidades de Timor Lorosa’e: língua, literatura e cultura / Les multiples identités du Timor Lorosa’e: langue, littérature et la culture” (SOUZA, 2014) vai um pouco mais longe e mostra a complexidade (e dificuldade) de construção de uma identidade nacional perante o hibridismo da cultura timorense, considerando a multiplicidade linguística<sup>5</sup>, a riqueza cultural e as variadas formas possíveis de prosseguir para a construção da ansiada identidade. Por outro lado, a pluralidade genológica existente no âmbito da produção literária — de relatos de viagem desde o período colonial português a “impressões” poéticas inspiradas na paisagem timorense, de narrativas que refletem a luta de resistência ao invasor a outras composições de teor mais nacionalista, com ou sem a retomada do imaginário tradicional, do diálogo estabelecido com a literatura oral à contaminação dos diferentes tipos de expressão literária com as culturas locais — permite, com os variados aspetos nessas obras encontrados, uma abordagem multidisciplinar, já que as temáticas prevaletentes podem arrolar um arco de aportes teóricos, que vai dos estudos de identidade a pesquisas de teor pós-colonial, passando por reflexões sobre intercultura, memória, resistência, silêncio, resiliência, oralitura, tradução, alteridades, diáspora, hibridismo e diálogo lusófono. A essa realidade discursiva é igualmente inerente a assunção de temas e formas que acedem a questões relacionadas com a discussão levantada sobre as fronteiras culturais e linguísticas e proporcionam o confronto de facetas do mundo moderno com costumes locais, como se

---

<sup>5</sup> Souza (2014, p. 17-18), enumera trinta e uma línguas nacionais: “Ataurense, Baiqueno, Becais, Búnaque, Fataluco, Galóli, Habo, Idalaca, Lovaia, Macalero, Macassai, Mambai, Quémaque, Uaimoa, Naueti, Mediki, Cairui, Tetum-terik, Dadu’a, Isní, Nanaek, Rahesuk, Raklungu, Resuk, Sa’ane, Makuva, Lolein, Adbae, Laclae e Tocode. Para além disso, o Tétum e a Língua Portuguesa são as línguas oficiais do país”.

torna particularmente sugestivo no tratamento da representação do feminino.

A estes estudos, com os contributos que acarretam, pertinentes para a análise posterior do nosso ensaio pela abordagem, sistematização e identificação de uma substância temática que muito tem a ver com a vertente épica da literatura produzida mormente por Xanana Gusmão, outras análises constituem já marcos de referência para a leitura, análise e compreensão da literatura maubere, em numerosos casos provenientes de dissertações e teses académicas. Para uma visão de conjunto, refira-se, entre outras abordagens críticas sempre em constante atualização, “Literatura Timorense: da Emergência à Legitimação” (RAMOS, 2012, p. 149-160), de Ana Margarida Ramos; do âmbito universitário, cite-se a tese de doutoramento *Roteiro da Literatura de Timor-Leste em Língua Portuguesa* (BARBOSA, 2013), de Damares Barbosa, submetida e apreciada na Universidade de São Paulo, em 2013, que incide sobre a variada tipologia da produção literária timorense, as questões nela afloradas e a imagem que o *corpus* de textos analisado produziu deste jovem país; ou ainda, e igualmente como tese de doutoramento, *Que Timor é este na literatura de Luís Cardoso?* (FERREIRA, 2014), da autoria de Priscila de Oliveira Ferreira, apresentada e defendida em 2014 na Universidade Federal de Rio Grande do Sul, centrada especificamente na produção ficcional deste romancista.

Contudo, é pertinente verificar que, desta pequena mas significativa amostra da crítica contemporânea sobre a realidade literária timorense, é constante a valorização do desejo de afirmação de uma identidade, em que o respeito pelo passado e pela tradição é

sempre uma tónica fecunda e criativa, mesmo quando fases e períodos menos luminosos da sua história são abordados. Desse passado, mormente dos séculos de domínio colonial, é a presença portuguesa vista e apresentada numa dimensão dinâmica, eufórica até, determinante para a definição da maneira de ser, sentir e pensar do povo maubere. E essa afinidade é sentida como recíproca, pelo modo como o povo português acompanhou e incondicionalmente apoiou, em momentos mais recentes, o processo de autodeterminação da ex-colónia. Para além do mais, pela distância a que se encontram e pelo fascínio sentido por uma espécie peculiar dum certo Oriente (e Ocidente), o sentimento partilhado mutuamente, de admiração, apreço e estima, conduz a uma expressão singular de fraternidade entre os dois povos. Por esse motivo, não admira que Ana Gomes, uma figura determinante no processo de negociações para a independência, ao proceder à apresentação de Timor em “O presente em Timor Lorosae” (GOMES, 2002, p. 23-28), depois de delinear os traços típicos da paisagem timorense, refira:

Mas para o visitante português de Timor Lorosae, mais do que a beleza e diversidade da paisagem, o que mais impressiona é constatar como os timorenses cultivam uma memória fraternal, orgulhosa, positiva, da passagem ali de Portugal. Viajando pela África lusófona, pelo Brasil ou por Macau nunca encontrei nada de comparável em ligação cultural e afectiva. Naturalmente que tudo tem a ver com a História, com a maneira distanciada e depois fortemente sentimental como os portugueses viveram Timor Leste: em tempos coloniais, a negligência na educação e no desenvolvimento teve a contrapartida de, afortunadamente, não perturbar demasiado tradições e usos locais; e nos últimos vinte seis anos, contou o papel de advogado internacional de Timor Leste que, apesar das muitas contradições e tibiezas, indiscutivelmente Portugal assumiu, expiando culpas do abandono a que votou os timorenses em 1975. E tudo tem a ver, também, com a profunda indulgência dos timorenses e a sua inquebrantável resistência, recusando-

se a acreditar que também os portugueses pudessem alinhar com a conspiração internacional que pretendeu silenciá-los. (GOMES, 2002, p. 26-27)

Por sua vez, Paulo Castro Seixas, em “Portugueses na transição”, assumindo uma perspectiva mais de feição pós-colonial, defende, não enfatizando tanto essa reciprocidade de olhares, mas de qualquer modo realçando uma abordagem complementar da perspectiva antes enunciada, que:

[...] Timor Lorosae tornou-se – por ironia da história, pois era a colónia menos importante – uma metáfora do império no qual, enquanto uma geração redimia o passado, outra revia ali indícios do seu próprio futuro. (SEIXAS, 2002, p. 33-50)

Especularmente, se Timor se arvora assim em metáfora do império perdido e das glórias dum passado ilustre, de modo paradoxal para Timor, Portugal transforma-se numa representação mítica que muito difícil e muito raramente um país colonizador consegue alcançar junto duma antiga colónia, muito particularmente no modo de conceber essa imagem materna:

Nesta fase de transição a presença portuguesa não deriva apenas de uma marca espacial ou inscrição sócio-cultural efectuada por portugueses, mas também de apropriações feitas pelos timorenses. Uma dessas apropriações é a ideia de que Portugal é um país enorme — do tamanho do império colonial que representava ainda na década de 70 —, associando-se a tal grandeza também uma pujança económica, sendo, assim, ainda mais de admirar a unidade linguística, espelho de uma unidade social e cultural, que o nosso país possui. Esta construção de Portugal por parte dos timorenses é tão importante para compreendermos a imagem que eles têm de Portugal quanto para sabermos como é que eles vêem o seu próprio país e os seus problemas e diz-nos, especificamente, que Portugal continua a ser um horizonte de referência na construção da sua própria identidade.

É claro que tais mitificações acerca do tempo e do espaço portugueses são contrariadas no que têm de positivo pela sombra das construções mentais em torno do colonialismo

português, criando uma relação cheia de ambiguidades entre o timorense e o português em que, no entanto, prevalece sem dúvida a perspectiva mais positiva. (SEIXAS, 2002, p. 47-48)

Não admira, por conseguinte, que, de acordo com o posicionamento assumido, a identidade da nação maubere se construa com base num referente específico, segundo o modelo da antiga pátria-mãe, a mátria sempre distante e agora perdida.

No actual cenário pós-colonial podemos sentir que a história de Timor se continuou a interpretar como entrelaçada à história de Portugal, mesmo depois de 1975, através de relatos como o que a seguir se transcreve, ainda que de memória, da conversa tida com um liurai de Luro, distrito de Los Palos:

«Porque é que os Portugueses chegaram a Timor? Se já tinham a Madeira, os Açores, depois Cabo-Verde, Guiné, Angola,... Depois passaram o Cabo da Boa Esperança e chegaram à Índia. Porque é que ainda queriam chegar a Timor? Não era para explorar, era para nos coordenar e juntar os reinos numa nação. Era para entre o Reino de Portugal e o Reino dos Belos, coordenar Timor. Os “irmãos portugueses” sempre respeitaram...

[...] Em 1978 as forças todas (enuncia as siglas de vários grupos [da resistência maubere]) reuniram-se na montanha de Matebien e disseram que tínhamos que resistir como Viriato resistiu na serra da Estrela...

Em 1980 fui preso e deportado para o Ataúro...

Mas passado algum tempo tinha voltado e era escolhido para chefe de suco.

[...] Depois, para que os indonésios não viessem aqui à aldeia da montanha, fui ao Comandante Lere para que viessem algumas Falintil aqui. Não era para dar tiros nos indonésios, era só para haver uma presença e eles não entrarem. Depois lancei a mensagem de que vinham as Falintil e passado algum tempo vieram dizer-me que vinham as Falintil. Eu quase que ria porque era eu que tinha dito. E entreguei uns paus e umas fardas e disse a alguns jovens para circularem para ao longe dar a ideia que tinham armas. É como o Martins no cerco dos Espanhóis. Estavam a ficar sem pão mas a mulher com o que restava da farinha fez pães pequeninos e atirou-os aos espanhóis, para que eles pensassem que eles podiam aguentar mais um ano. E nessa tarde os Espanhóis retiraram.» (GARCIA & SEIXAS, 2002, p. 56-58)

De acordo com tal depoimento, segundo o olhar do liurai nativo de Luro, os portugueses não são vistos como um povo imperialista dominador. A sua presença, bem como a evangelização levada a cabo, teve o superior desígnio de unir e confederar numa unidade global um complexo emaranhado de reinos e grupos étnicos e sócio-linguísticos diversificados, bem como de conferir uma identidade religiosa, política e administrativa própria, de modo a construir-se uma comunidade orgânica que se opunha à parte ocidental da ilha, ao tempo já identificada como o Reino de Servião, dotado de uma homogeneidade linguística com o baiqueno (ou vaiqueno) como língua dominante e os Atoni como grupo étnico preponderante. Pelo facto, do ponto de vista político, esses, da outra parte da ilha, eram governados pelo conhecido imperador de Servião ou rei do Senobai<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. Garcia e Seixas (2002, p. 68-69): “Quando os portugueses passaram a ter contactos regulares com a ilha de Timor ao longo dos séculos XVI e XVII, alguns autores consideraram que a ilha já se dividia em duas metades, ocidental e oriental. A parte ocidental foi dita de Servião, e tinha uma unidade linguística, com o baiqueno (ou vaiqueno) como língua dominante, a que correspondia a unidade étnica Atoni, sendo a confederação de reinos dirigida pelo «imperador do servião» ou rei do Senobai. Na parte oriental havia uma pluralidade linguística e étnica, ainda que a língua tétum tenha sido talvez usada como língua dominante, pois era a do «imperador dos Belos» ou rei de Bé-Hali, que dirigia uma confederação de reinos. Esta divisão cultural e política teria dado alguma consistência ao território que veio a ser o do Timor Português, apesar do peso da pluralidade linguística e étnica da parte oriental da ilha que lhe dava um carácter clânico e segmentado, atreito a divisões e requerendo uma administração que tinha de ser negociada de forma equilibrada.

Na área antropológica, os tipos humanos em timor são bastante diversificados, evidenciando-se a existência de múltiplas vagas migratórias que se foram realizando ao longo dos séculos.

A apreciação da pluralidade de grupos sócio-linguísticos que deve ter em conta as várias línguas, dialectos e sub-dialectos, considerando que as grandes línguas são, por ordem decrescente de importância: o tétum, o mabai, o macassai, o quemaque, o búnaque, o tocode, o galoli, o dagada e o baiqueno. Este panorama sócio-cultural implica que por vezes num raio de 50 km se possam encontrar três línguas diferentes.

A estrutura sócio-linguística de carácter tribal, abrangendo cada grupo sócio-linguístico, por vezes um conjunto relativamente restrito de sucos, coloca-se como problema à lógica estatal moderna que se quer sustentar numa unidade, estabilidade e uniformidade nacional.

Quando os portugueses chegaram a Timor havia pequenos reinos que eram unidades políticas que englobavam sucos e se encontravam sob a autoridade de régulos ou liurais. A administração portuguesa teve em conta as divisões tradicionais em aldeias, sucos e reinos a que acrescentou um conceito administrativo que era o do Concelho, pondo assim em contacto dois sistemas culturais distintos, um tradicional, menos abrangente e mais plural e outro de matriz ocidental,

Mas, mais do que essa visão do processo histórico, do ângulo assumido, torna-se relevante o paralelismo estabelecido entre episódios similares, entre a libertação de Timor face à Indonésia ocupante do território e a luta de Portugal em luta contra os castelhanos, primeiro, e contra a Espanha, depois, bem como a maneira como essas ocorrências são aduzidas para melhor se emparceirarem as histórias dos dois países. Se a instrução primária do período colonial fazia aprender a povos distantes a gesta do país colonizador, nomeadamente abordando acontecimentos e ocorrências que lhes seriam alheios e hoje em dia já nada dizem às gerações mais jovens, que nem se reveem nas páginas da história pátria portuguesa, o certo é que é evidente como proporcionou a essas populações modelos mentais para reconstituírem as memórias e registarem as aventuras e proezas da construção da nação maubere. É por isso que a resistência de Viriato contra os romanos invasores é invocada e posta a par da luta contra os indonésios e a estratégia de enganar os usurpadores é comparada à de Deuladeu Martins, em Monção, contra o cerco dos castelhanos, apontada em simultâneo como modelo de bravura e inteligência. Ambos os casos são exemplos de figuras e acontecimentos cujos nomes se transfiguraram em lenda, passando a ser ingredientes integrantes da identidade de Portugal enquanto nação face a Castela, primeiro, e a Espanha, depois, como Timor Lorosae face à Indonésia usurpadora do território.

De modo similar se começa a delinear o processo de construção do panteão de heróis nacionais. O próprio historiador português José Mattoso redige a obra intitulada *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense* (MATTOSO, 2005), publicada em 2005, em que o

---

com procedimentos normativos de índole moderna. Esta dualidade chegou até aos nossos dias e é um testemunho da presença portuguesa sobre o qual cabe reflectir na construção de Timor.”

autor declara explicitamente que “este livro pretende ser uma biografia de Konis Santana, enquanto protagonista principal da Resistência timorense” (MATTOSO, 2005, p. 16) e, como tal, trata-se de “uma forma de prestar homenagem a todos os guerrilheiros que sacrificaram a sua vida na luta pela liberdade da pátria” (MATTOSO, 2005, p. 16-17).

Por isso, José Manuel Garcia e Paulo Castro Seixas concluem, na linha da perspectiva que temos vindo a perfilhar, retomando ideias e reiterando até frases já antes formuladas, para acentuar essa visão vigente de Portugal em Timor:

Portugal e a sua história servem, assim, de espelho, na construção de uma história de Timor, revendo a unidade do povo timorense pela emulação de momentos de unidade da história de Portugal.

O uso da História, enquanto factor distanciado no tempo, serve a construção do povo timorense. A ideia de que Portugal é um país enorme — do tamanho do império colonial que representava ainda na década de 70 — é relativamente comum, associando-se a tal grandeza também uma pujança económica, sendo, assim, ainda mais de admirar a unidade linguística, espelho de uma unidade social e cultural, que o nosso país possui. Esta construção de Portugal por parte dos timorenses é mais importante para compreendermos como é que eles vêem o seu próprio país e os seus problemas do que especificamente para sabermos qual é a imagem que eles têm de Portugal. (GARCIA; SEIXAS, 2002, p. 58-59)

Neste sentido, o legado português em Timor, não é que seja hiperbolizado e sobrevalorizado, mas surge como conscientemente assumido e nunca rejeitado. Testemunho dessa herança constituem as declarações dum professor nativo de língua portuguesa no ensino primário:

Em Liquiça o senhor João Rodrigues, neto do Régulo de Motaél, actualmente professor do ensino primário afirmou de forma breve e incisiva sobre a importância da presença portuguesa:



«Coisas importantes (que ficaram da presença portuguesa) principalmente a Língua. A língua portuguesa nós consideramos como uma parte da cultura portuguesa porque a Língua é que nos consegue diferenciar: Timor Leste da Indonésia e Timor Leste da Austrália. Porque sem a Língua nós ficávamos todos indonésios e nunca poderíamos conseguir a independência. ... E também a presença portuguesa aqui através dos edifícios. Isso também comprova, comprova essa presença e com a presença portuguesa é que nós podemos ter aqui as balizas de Balibó e com base nessas balizas nós podemos separar-nos de Jacarta. E com a presença portuguesa a maioria de população timorense, portanto nós somos todos católicos a 100% e isto é uma grande vantagem para Timor Leste, portanto somos todos católicos e não podíamos ter a independência assegurada!»

Face a estas observações é possível concluir que o património edificado constitui como que um marcador de fronteira física, a Língua e a Religião são como que marcadores da fronteira sócio-cultural, promovendo no conjunto a construção de uma legitimação da fronteira política actual. (GARCIA; SEIXAS, 2002, p. 59-60)

Por esta razão, consideram José Manuel Garcia e Paulo Castro Seixas pertinente proceder em paralelo ao levantamento do património material da herança lusa em Timor Leste.

Ora, é com base em semelhante atitude que Xanana Gusmão alicerça os fundamentos que sustentam a identidade do povo maubere, de Timor Leste, neles reconhecendo necessariamente a matriz da independência da sua nação face aos vizinhos indonésios e australianos. No entanto, é quando publica *Mar Meu. Poemas e Pinturas* (1998) — que reúne as poesias compostas entre 1994 e 1996 nos calabouços de Cipinang, Indonésia —, que atinge a maioridade e o clímax dessa consciência identitária e que a crítica literária em língua portuguesa, não só em Portugal, mas igualmente no Brasil, em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, se lhe rende de modo incondicional. Para além do mais, enriquece o dito volume com a reprodução das telas pintadas no mesmo período, que retratam paisagens de Timor, bem como as suas

tradições, revelando uma visão peculiar, patriótica e, ao mesmo tempo, simples e poética do povo maubere.

Num texto sugestivamente intitulado “O Verso e o Universo”, da autoria de Mia Couto, e que desempenha as funções de prefácio a esse volume, afirma o escritor moçambicano:

Timor parece erguer-se como prova contrária a estes sinais de decadência [distância, cansaço e crepúsculo de fim de milénio]. Afinal, há alma para sustentar causas, erguer a voz, recusar alheamentos. Uma nação distante se reassume como nosso lar, nossa razão, nosso empenho. O sangue que se perde em Timor escorre de nossas próprias veias. As vidas que se perdem em Timor pesam sobre a nossa própria vida. [...] Pela mão de um homem se escreve Timor. Um livro de Xanana Gusmão não poderia ser apenas um livro. Por via da sua letra se supõe falar todo um povo, uma nação. Há ali não apenas poesia mas uma epopeia de um povo, um heroísmo que queremos partilhar, uma utopia que queremos que seja nossa. (GUSMÃO, 1998, p. 6)

E, assim, ao assumir-se tal obra como a expressão literária do sofrimento de um povo em resistência contra uma potência ocupante e o autor o porta-voz dessa comunidade, que regista na escrita a memória da luta pela liberdade, que o termo “epopeia” sugestivamente se emprega, com o fim de designar a tipologia de género que melhor se adequa ao conteúdo e estilo utilizado. De igual modo, o espírito que melhor traduz a inspiração que se infunde a cada composição e, nelas, a cada palavra, se reporte a um referente que se materializa nos atos da gesta do seu povo. Não surpreende que, nesse contexto, se remeta igualmente para lendas fundacionais da nação, de serenas eras primordiais, em contraste com o momento vivido:

Nesse território que se define por via de uma lenda — o crocodilo que caminhou sobre raios de luz — existem hoje monstros que se movem por raios de escuro. [...] A poesia pode ser uma destas subtis armas que poderá remover montanhas. E fazer com que o crocodilo devore os monstros

e, vitorioso, se volte a espriar em luminosas montanhas. [...] Afinal, um simples verso refaz o Universo. (GUSMÃO, 1998, p. 8)

Todavia, para além desses princípios sumários apontados por Mia Couto, é na poética implícita que se devem rastrear os vectores estruturantes da produção literária e, sobretudo, épica de Xanana. Não esqueçamos que o conteúdo do livro foi redigido em Outubro-Novembro de 1995, quando Xanana Gusmão permanecia na prisão indonésia de Cipinang, ainda sem perspectivas de libertação, e a questão timorense não aparentava qualquer possibilidade de uma solução política plausível. No entanto, os poemas inseridos em *Mar Meu* já evidenciam as linhas que bem poderão ser consideradas as matrizes do seu pensamento e da sua obra, modelando com uma índole patriótica e, conseqüentemente, uma natureza heroica a generalidade dos assuntos e matérias nas composições aí contidas, bem de acordo com os ditames da mundivisão de que se acham imbuídos. De qualquer modo, apesar de o volume em causa só ser publicado três anos depois, em 1998, ainda não havia perdido a atualidade em nenhum dos aspetos contemplados. Aliás, não surpreende também que o próprio Xanana – cuja poesia, mesmo a de índole mais lírica, sempre comporta uma forte dimensão épica –, assim reconstitua a lenda do crocodilo, como se de uma versão cosmogónica da identidade timorense se tratasse. E com toda a intensidade dum mito fundacional, a insira neste mesmo volume:

**Avô Crocodilo**  
(Para Marta B. Neves, Lisboa)

Diz a lenda  
e eu acredito!

O sol na pontinha do mar  
abriu os olhos

e espalhou os seus raios  
e traçou uma rota

Do fundo do mar  
um crocodilo pensou buscar o seu destino  
e veio por aquele rasgo de luz

Cansado deixou-se estirar  
no tempo  
e suas crostas se transformaram  
em cadeias de montanhas  
onde as pessoas nasceram  
e onde as pessoas morreram

Avô crocodilo

– diz a lenda  
e eu acredito!  
é Timor! (GUSMÃO, 1998, p. 20)

Seguido da indicação das coordenadas específicas da redação do poema — composto na prisão, em Cipinang, em Outubro de 1995 —, nele se retoma uma das mais belas lendas da cultura maubere. Esta composição foi endereçada a uma interlocutora específica, uma menina portuguesa, de dez anos, Marta B. Neves, que se lhe havia dirigido por escrito durante essa dura provação. Pelo facto, foi este poema enviado a acompanhar uma carta poética que o antecede, no qual o autor especifica que a escrita é uma das espécies de luta possíveis:

Pois bem, eu estou cá [na prisão] e / devo dizer que aprendi muito e ainda tenho muito a / aprender. Com certeza, perguntar-me-ás: Aprender o quê? // Pois bem... a LUTAR, minha filha! E eu sei que tu... ‘e / muitas mais e mais ainda’ crianças portuguesas estais / comigo nesta Luta... para ‘parar a guerra’ em Timor-Leste. // Beijinhos de muito amor, // KRXG // Cipinang, 9 de Outubro de 1995” (GUSMÃO, 1998, p. 18)

Retomando com o poema anterior uma vertente mítica que tanto pode entroncar na tradição ocidental, mormente de matriz grega,

consubstanciada na *Teogonia* de Hesíodo, como na tradição épico-mítica asiática, sobretudo hindu, do *Ramayana* e do *Mahabharata*, relata-se com toda a simplicidade do conto popular da tradição oral a criação do espaço onde a epopeia do povo maubere se desenrolaria, assim adquirindo uma dimensão superior, já que é o lugar que vem a ser marcado pela predestinação de servir de cenário a feitos heroicos de um povo também ele eleito, que alcançou pelo esforço, derramamento de sangue e pela luta, não falando da vertente identitária, a possibilidade de se afirmar no concerto das nações como um país independente. Depois, a carta poética que acompanha o poema sublinha a ideia da escrita como forma de combate, remetendo para a dimensão épica da “espada e da pena” de camoniana memória. A essa composição se associa de modo complementar o conteúdo de outra poesia, intitulada “Esperanças rasgadas”, que aborda, de outro ângulo, o mesmo espaço mítico e a mesma luta de todos os tempos:

Timor  
 jazigo de uma alma  
 que não pereceu  
 nas névoas  
 de uma história que se perdeu  
 na distância das lendas

Timor  
 montanha de ossos  
 de uma valentia  
 que bocas guerreiras  
 abençoaram seus filhos  
 para a perenidade dos dias

Timor  
 onde a morte  
 só se consagra no combate  
 para deter a vida  
 e contar a história às crianças  
 que nascem para recordar

Timor

onde as flores  
também desabrocham  
para embelezar  
as sepulturas desconhecidas  
'em noites frias, infindáveis'

Timor  
onde as pessoas  
nascem para morrer  
pela esperança  
em rasgos de dor  
em rasgos de carne  
em rasgos de sangue  
em rasgos de vida  
em rasgos de alma  
em rasgos  
da própria liberdade  
que se alcança...  
com a morte! (GUSMÃO, 1998, p. 26-28)

Às dificuldades, luta, dor, derramamento de sangue e presença constante da morte, introduzidas com uma crueza realista vincada, contrapõe-se a esperança no futuro, representada pela alusão aos nascituros que um dia contarão as gestas e as lendas em harmonia com a natureza generosa de uma pátria ansiadamente livre. De igual modo se compreende que, ao falar de liberdade, num poema a ela dedicado (“Oh! Liberdade!” (GUSMÃO, 1998, p. 30-32), evoque de modo idílico o nascer do sol contemplado “do cimo dos meus montes”, as “serenas planícies de capim”, “os risos das crianças nuas e descalças” no meio de uma “natureza sensual”, as sensações da areia da praia, ao mesmo tempo que ouve o marulho das ondas, a voz da “imensidão do mar”, ou o “cantar dos grilos” em noites de luar,... – ingredientes estes alusivos e inspirados nos romances do povo, aqui retomados com o simbolismo da expressão acabada do amor à “Pátria Timor” e retomados da composição épica a seguir estudada, *Mauberíadas*. São os aspetos

focados que surgem depois ilustrados na reprodução das telas pintadas por Xanana igualmente na prisão e que constituem a segunda parte do livro. Naturalmente que para se alcançar o objetivo pretendido, na altura a ambição, ou retomando as palavras de Mia Couto, a “utopia” da independência, impõe-se a luta, o sacrifício, que, ao tempo, se acreditava poder-se projetar por sucessivas gerações. Daí os poemas “20 de Novembro de 1992” (GUSMÃO, 1998, p. 34) e, sobremaneira, “Gerações” (GUSMÃO, 1998, p. 36-38) (que denuncia as atrocidades cometidas e as perseguições durante o domínio indonésio para sonegar o desejo de independência) se encerre com o desafio que constitui um estímulo à resistência: “A luta continuará sem tréguas!”. No entanto, maior alcance se atinge ao adotar uma estratégia parabólica, quando se equaciona o combate do povo maubere no contexto da luta desenvolvida por outras nações agora integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, quando explicitamente se refere à longa guerra colonial de libertação que teve lugar em Angola. Por isso, no poema que traz o título “Paz, ‘Ngola!” (GUSMÃO, 1998, p. 22-24), em que cada estrofe começa invariavelmente dirigida à “Mulher negra, mulher”, como um apelo constante para a construção da paz, conclui com a adoção do modo de falar popular angolano, patente de modo mais transparente na forma verbal utilizada:

Fomos irmãos, como irmãos  
 Na dor das LUTAS  
 Somos irmãos, seremos irmãos  
 Na liberdade da PAZ.” (GUSMÃO, 1998, p. 24)

Desta maneira, através da reiterada abordagem da luta do povo maubere, é objetivo do poeta irmanar todos os povos oprimidos do

Planeta, que combatem pelo respeito, dignidade, independência e liberdade perante o domínio estrangeiro e colonial.

Contudo, já antes deste volume, outras composições dispersas em obras de carácter coletivo<sup>7</sup> constituem como que um percurso propedêutico para a sua composição. É porventura no soneto — uma forma poética nobre, de longa tradição literária — a que atribuiu o título de “Pátria” (GUSMÃO, 1995, p. 205), que melhor se sistematiza esse sentimento que invade a alma do lutador e lhe incute forças para o combate em prol do chão em que viu a luz do dia, que o alimenta e lhe deu a conhecer os laços de afeto para com os irmãos e todos quantos com ele partilham ideais, a mesma língua e idêntico modo de pensar, e um dia há-de acolher os restos do corpo que albergou o seu espírito:

Pátria é, pois, o sol que deu o ser  
drama, poema, tempo e o espaço,  
das gerações, que passam, forte laço  
e as verdades que estamos a viver.

Pátria... é sepultura... é sofrer  
de quem marca, co'a vida, um novo passo.  
Ao povo – uma Pátria – é, num traço  
simples... Independência até morrer!

Do trabalho o berço, paz, tormento,  
Pátria é a vida, orgulho, a aliança  
da alegria, do amor, do sentimento.

Pátria... é tradições, passado e herança!  
O som da bala é... Pátria, de momento!  
Pátria... é do futuro a esperança! (GUSMÃO, 1995, p. 205)

---

<sup>7</sup> Considerem-se os seguintes títulos como exemplo: *Enterrem...*, s. d.; FRETILIM, 1981; e MARCOS, 1995. Naturalmente que as restantes composições de outros poetas – Mia, Borja da Costa, M. Leto, MIA, Dau-Loe, Mali-Manek, Fernando Sylvan, João Barreto, Fitun Fuik, Jorge Lauten, José Manuel Madeira – incluídas nos citados volumes partilham de aspetos comuns, quanto aos conteúdos heroicos tratados e a um constante apelo e encorajamento à luta de libertação.



Naturalmente que outros poemas de Xanana, mais ou menos contemporâneos deste, apresentam temas e situações que gravitam em torno de uma conceção épica da poesia: “Homenagem aos que tombaram” (GUSMÃO, 1981, p. 60-61) e a “Elegia ao Soldado Maubere” (GUSMÃO, s. d., p. 40) são dois sonetos de enaltecimento e louvor, em que é suposto elevar encomiasticamente os jovens filhos do povo caídos pela força das armas e brutalidade do inimigo ao novo panteão dos heróis e da glória nacional, tendo em consideração a sua coragem e valentia; ou “Povo sem Voz” (GUSMÃO, 1995, p. 208), que é o grito de dor ecuménico de denúncia da invasão indonésia, da ocupação do território, da mordação e perseguição lançada a toda a população e da hipocrisia do contexto político internacional que aceitou e pactuou com a situação vigente. Em suma, é todo este tom patriótico que perpassa a globalidade da produção poética de José Alexandre Gusmão, de modo mais ou menos ardente, e que aqui urge evidenciar enquanto expressão acabada do espírito épico que traduz a gesta do seu povo e que o autor assume como sua, quer na ação, quer na escrita. Aliás, segundo mesmo o grande arquétipo inspirador, e como acima aludimos, quando Camões afirma, “Nũa mão sempre a espada e noutra a pena” (*Os Lusíadas*, VII, 79, 8).

Para rastrear e fundamentar esse pendor heroico na produção poética de Xanana, recorde-se, por conseguinte, que, já em 1973, é distinguido com o Prémio Revelação da Poesia Ultramarina e, em 1975, ganha o 1.º Prémio do Concurso Literário de 1975 do CITT (Centro de Informação e Turismo de Timor), precisamente com um poema épico, em oitava rima, cujo título, como vem a ser designado — *Mauberíadas* — logo denuncia o claro intertexto camoniano enquanto modelo de referência. Compreende-se, logo à partida, a justificada designação

desta epopeia, ao evocar as convenções e os códigos da tradição épica mais ortodoxa. Por analogia com o modelo quinhentista — *Lusíadas* —, é o neologismo formado por idêntica desinência, remetendo para o canto heroico, que agora passa a adicionar-se à denominação nativa global do povo timorense, a nação Maubere. Aliás, sobre esta designação do povo timorense, o próprio Xanana acaba por compor também um poema em 1975, “Maubere” (GUSMÃO, 1981, p. 40-42), que é uma autêntica exortação à libertação (e que depois surge incluído no volume editado pela Fretilim em Maputo, em 1981, *Timor Leste. Poesia* (FRETILIM, 1981), e Fernando Sylvan redige um esclarecedor e poético texto intitulado “Presente e Futuro da Palavra Maubere” (SYLVAN, 1995, p. 181-184), que se encerra com a proclamação: “Maubere! Palavra mágica! Usemo-la no coração, na inteligência, no ensino e na luta!” (SYLVAN, 1995, p. 184).

Esta epopeia foi publicada nesse mesmo ano no jornal diário *A Voz de Timor*, dividida em várias partes, tendo a primeira saído no dia 17 de maio, na página 5, com o modesto título de “Ensaio”, e as restantes em datas sucessivas em ritmo irregular. Seis estâncias foram ainda incluídas, aí já intituladas de «Mauberíadas», na coletânea coletiva de poesia timorense *Enterrem o meu coração no Ramelau*<sup>8</sup> – assim chamada por assumir o título da primeira das composições de Jorge Lauten nele contida<sup>9</sup>. Por ocasião da publicação da I Parte no

---

<sup>8</sup> *Enterrem...*, s. d., p. 41-43.

<sup>9</sup> Tratando-se de um texto composto na diáspora, em Lisboa, em sete fragmentos de prosa poética e ritmada, nele se evoca e atualiza o sofrimento, a perseguição do povo maubere, em sintonia com a resistência, ao mesmo tempo que se denunciam as atrocidades indonésias, questionando-se o autor sobre a sua permanência distante do cenário de guerra, enquanto lá longe os seus irmãos levam a cabo a luta pela independência. O título desta composição, assumido como título do livro, remete igualmente, e de modo especular, para a obra *Enterrem meu coração na curva do rio* (1970), de Dee Brown, que é uma denúncia da destruição sistemática dos índios e sua cultura na América do Norte nos finais do século XIX.

jornal timorense, como epígrafe, aparece uma quadra, que, de resto, é constituída pelos quatro últimos versos da última estância desse fragmento. De seguida, assim se esclarece o leitor sobre a composição do poema a seguir apresentado:

TRISTES CANÇÕES DUM POVO QUE REVIVE  
FEITOS DOUTRAS ERAS AO SOM DA GUERRA  
E NÃO DESEJA AGORA QUE O PRIVE  
DA HONRA DE PÁTRIA CHAMAR SUA TERRA

Estas últimas estrofes da 1.<sup>a</sup> parte de um ensaio poético de José Alexandre Gusmão, um filho da terra que sente, que vive e que exprime a odisséia de um povo de que ele é parte, o Povo de Timor agora às portas de uma era que ficará marcada na História pela transformação de que o mesmo Povo será capaz.

Compõe-se este ensaio de IV Partes que traremos às colunas deste jornal.

Lembramos que esta obra é um dos trabalhos presentes ao Concurso Literário promovido pelo Centro de Informação e Turismo de Timor (CIT), tendo sido 1.<sup>a</sup> classificada.

Mas... «DA PLANÍCIE MANSA A MENSAGEM VOA»... esta mensagem que os versos de Gusmão contêm e que falam melhor que a nossa prosa de apresentação.<sup>10</sup>

Ficaria, portanto, para depois a publicação das restantes partes. Hoje, é este poema, na sua globalidade, de difícil acesso, pela sistemática destruição do jornal efetuada pelos indonésios aquando da invasão, pelo que se revelou problemática tarefa a reconstituição do texto integral. O resultado, porém, permite o contacto e leitura das primícias da produção poética de Xanana Gusmão. Nessa página da I Parte do poema, a ilustrar as oitavas, são inseridas três imagens bem sugestivas: um retrato do autor, nos verdes anos da sua juventude; outra com os coqueiros que recortam a paisagem timorense; e outra com as casas sagradas, as *lulik*.

---

<sup>10</sup> *A Voz de Timor*, 17 de maio de 1975, p. 5.

Apesar de respeitar formalmente a composição de uma epopeia do ponto de vista estrutural, renova em determinados aspetos os códigos do género. A proposição não será, porventura, a mais canónica:

À gente lusa a nossa homenagem  
Sincera, sem peias, de cujo brilho  
Ao vento da história deu viragem,  
Limpou do fascismo o pecadilho,  
Permitiu a humanos de outra raça  
Tratarem-se todos com igualdade.  
Se, outrora, eram menos que a pobre traça  
O apanágio, agora, é irmandade.<sup>11</sup>

Em vez de enunciar, como seria de esperar, o assunto que vai ser objeto do canto épico, saúda e exprime a gratidão ao povo luso pela revolução do 25 de Abril de 1974, que desencadeou a libertação das colónias e a conseqüente independência, cujo exemplo chega de África, ao mesmo tempo que permitiu a instauração da democracia, a formação dos partidos e o respeito pela vontade popular. Se ainda exprime a esperança desta ser a oportunidade de banir a corrupção e o racismo, tornando-se um lenitivo para os oprimidos, bem espera que seja igualmente o termo de benesses para um escol de elite e de oportunistas. Perante as circunstâncias, também é esta a ocasião do povo Maubere assumir as rédeas do seu destino, sob a orientação do partido com que o poeta se acha comprometido:

[... ..]  
Implantar uma sã democracia  
Que servirá o Mau-Bere e, só assim,  
Ter-se-á lutado um pouco e por via  
Da única e legítima Fretilin!

Fervendo o quente sangue tropical  
Sua voz acima se alevanta,  
Dentre lamúrias e queixinhas tal

---

<sup>11</sup> *Idem, ibidem.*

Mais alto soa e o seu Hino encanta  
 Da obra magna mesteréis valentes  
 O povo grita e aclama o grande nome,  
 Oh! a juventude e o querer ardente,  
 Ideias não há nem força que dome.<sup>12</sup>

Os jovens, a esperança da nação, imbuídos de renovado patriotismo pelo torrão pátrio, encontram nos acordes do Hino a fonte de estímulo, exaltação e emoção — um querer ardente —, favorecendo o afloramento de ideias mil que “não há força que dome”. É então que o vigor intimativo do passado emerge e se recuperam as reminiscências da tradição marinheira, da chegada dos navegadores portugueses, e a insinuante alusão ao mar, sempre presente e sempre polivalente no discurso poético de Xanana, pela sugestão de liberdade que as “ondas dóceis” parecem transmitir:

Do mar salgado, rota de epopeias  
 De mareante que a esta ilha buscaram  
 Fama, riqueza vária e das sereias  
 Os seus lamentos, formas suas cantaram,  
 As ondas dóceis já entoam baixinho  
 Da liberdade o hino que ouviram  
 E os corais, lado a lado, em burburinho  
 Ao céu, vir à terra, até pediram.<sup>13</sup>

Delineado o contexto dos acontecimentos recentes, não poderia o poeta deixar de recorrer à sugestiva representação da fama, sempre tão apreciada no discurso épico para engrandecer e exaltar os grandes acontecimentos e sua conseqüente divulgação. Desta vez já não aplicando essa grandiosa construção alegórica dum milhar de olhos e línguas mil, que tudo vê e apregoa, é, ainda assim, a poderosa mensagem, a boa nova, que se repercute até às portas das cabanas, por

---

<sup>12</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>13</sup> *Idem, ibidem.*

entre as palmeiras da campina e os coqueiros, quais novas antenas que recebem e transmitem as mensagens de distantes paragens, das novas tecnologias, até ao azul celeste das montanhas, que anuncia o começo duma nova era:

Da planície mansa a mensagem voa  
Da cabana à porta ela vai bater,  
Para outra ainda toma rumo e escoa  
Dá vida ao povo rude de sofrer.  
Palmeiras que verdejam na campina  
Esguios, roçando o vento, os coqueiros  
Antenas que transmitem e à surdina  
Acenam, como porto, aos pobres beiros.

Beijando o azul celeste as montanhas  
Do poço simples, da terra, que albergam  
Em santa ingenuidade – Oh! estranhas  
Mentes que de místico só enxergam! –,  
A semente cai e logo o fruto colhe  
Em rica terra onde sorri verdura,  
(Que o mafioso maneirismo tolhe!)  
A ânsia de ser livre é grande, pura!

Passados heroicos, das povoações,  
Em guerras de espadas, setas e lanças  
Legaram, os maiores, e ambições  
E seu sentir, viver e suas danças.  
[... ..]¹⁴

Assim, é o anseio de libertação que vai despertar os manes dos antigos povoados e a tradição guerreira ressurge como a expressão de afirmação mais intrínseca do modo de sentir e viver dos habitantes de todas as paragens da ilha, bem como das suas ambições enquanto povo. Por isso, conclui-se esta primeira parte com uma idílica imagem de anoitecer, do fim do dia que se quer seja o primeiro dessa nova idade da história dum povo, duma nação, com o nascer e afirmar-se de um novo país:

---

¹⁴ *Idem, ibidem.*

Altas nuvens roçando o céu anil  
 Negrura da noite que se avizinha,  
 Tristonho búfalo volta ao redil  
 E ouve pachorrento a ladainha:  
 Tristes canções dum povo que revive  
 Feitos doutras eras, ao som da guerra,  
 E não deseja agora que o prive  
 Da Honra de Pátria chamar sua Terra!

As ladainhas, por mais tristes e indolentes que possam parecer, recuperam e ativam o orgulho dos feitos passados, a memórias doutros tempos, que nutrem e sustentam a ambição da independência. Sem que esta primeira parte se destaque por incluir uma narrativa épica movimentada de estrutura linear, nela se traçam e adiantam já os aspetos que a epopeia na sua globalidade vai adotar: desprovido da intervenção de um plano sobrenatural, o objetivo primeiro é o de contextualizar os acontecimentos relacionados com a libertação e independência de Timor Lorosae no âmbito do processo histórico pós-25 de Abril em Portugal e correlacioná-los. Mal sonhava o poeta tudo o que estava ainda para acontecer, a começar pela invasão indonésia logo nesse mesmo ano!

Todavia, relevemos de modo especial a terceira parte do poema – que bem poderá ser considerada o Canto III —, e que vem a ser publicada no mesmo diário, *A Voz de Timor*, em 21 de Junho de 1975, de igual modo com o modesto título de “Ensaio”, muito embora, na sua globalidade, e cada vez mais, à medida que o texto avança, constitua a gesta do povo e da terra timorenses (GUSMÃO, 1975a).

Sempre em oitava rima de matriz camoniana, aborda nesta parte a realidade física e humana da ilha contemporânea do poeta. Redigido antes da declaração da independência, aí o território ainda é designado pelo termo usado pela retórica oficial da época, de “colónia”. E tudo

começa pela exaltação da cidade de Díli. Enfoca-se, então, o seu estatuto de capital, a antiguidade já bicentenária da urbe, o esforço aplicado na construção de uma cidade de beleza inigualável, de ruas formosas, jardins floridos, embora a oportunidade não seja perdida para a denúncia das desigualdades sociais em termos de habitação, já que os nativos não possuem as casas bem recheadas, que estão na posse de estrangeiros, nomeadamente de chineses. No entanto, mesmo os bairros pobres não são apresentados como destituídos de beleza, com acessos e estradas igualmente bem delineados, apenas não resistindo às intempéries e inclemência do tempo, que rapidamente destroem o que o braço humano havia construído. Apesar disso, reconhece-se que a última década fora de franco progresso, pelo que a “guerra fraternal e a sua causa” se arvora em tema que entra discretamente no discurso poético como o coroar desse processo gradativo de progresso e desenvolvimento, mas também de desigualdade social. É no mesmo tom encomiástico da cidade que a estância seguinte prossegue, desafiando para o futuro uma política de crescimento, numa perspetiva concertada, de “simbiose rápida de culturas” — o tal hibridismo que acaba por ser um traço inerente à cultura timorense —, e que se opõe aos tempos de sofrimento e de exploração do passado. Por isso, a cidade apresenta simultaneamente um outro aspeto menos eufórico: a máscara do desenvolvimento própria duma metrópole oculta, ou pelo menos faz esquecer, acentua a agudização das desigualdades sociais, as diferenças de tratamento, a inferioridade, a desgraça, o sofrimento das classes mais humildes do povo maubere, que passam assim a ser enaltecidas. Muito mais ainda, porque nessas classes de “alma pura” radica a essência civilizacional e identitária do povo timorense: são eles, afinal,



os criadores “de pequenas coisas”, “sinal de vida, de marca, de cultura” do artesanato, que é desprezado pelos irmãos aculturados com valores bebidos nos modelos estrangeiros ocidentais que inspiram o progresso e desenvolvimento contemporâneos generalizados.

Deste modo, constituem as quatro primeiras estrofes deste canto um primeiro módulo, em que não só se faz um esboço da paisagem urbana da capital, como se reflete sobre os vetores que a individualizam, ao mesmo tempo que nela se entrecruzam os grandes temas da época, com a face luminosa e o lado disfórico do desenvolvimento ainda de matriz colonial que então tinha tido lugar. No entanto, ao constituírem estas estâncias uma exaltação de Díli, na longa linha do discurso encomiástico dos elogios de cidades — as *laudes urbium* —, inserido no género epidíctico<sup>15</sup>, retomam-se alguns dos códigos mais autênticos da produção épica clássica. Na realidade, a epopeia renascentista apropria-se desta forma literária que, como foi dito, conta com uma larga tradição ao longo dos séculos, mas renascida com novo fulgor graças à ação dos humanistas europeus e, nomeadamente, dos portugueses, que se propõem exaltar as glórias pátrias e o brilho da cultura do seu tempo.

Segundo Aires A. Nascimento, teria sido “no fim do século III, [que] o retor Menandro coloca o elogio da pátria e da cidade à testa das diferentes formas do discurso epidíctico (nada menos que vinte e três); entre os tópicos a ter em conta considera: situação, qualidade de clima, produtos da terra, origem, fundadores, forma de governo, história, destaque nas ciências e nas letras, celebrações festivas, monumentos e outros motivos de atração” (NASCIMENTO, 2002, p. 58). Se desde a

---

<sup>15</sup> Sobre esta matéria, veja-se NASCIMENTO, 2002, p. 57-58 e 60-61; WALZ, IX, [1832-36], p. 127-330; SPENGLER, III, 1853, p. 331-446; BURGESS, 1902, p. 89-148; HYDE, 1966, p. 308-340; FASOLI, 1972, p. 9-44.

Antiguidade esta forma literária se viera consolidando, ao longo da Idade Média enriquece-se com composições como o *Liber Pergaminus*, de Mosé di Bergamo, da primeira metade do século XII, ou, sobretudo, com as *laudes Romæ*, como atesta a obra intitulada *Mirabilia Romæ*, de cerca de 1150, em que à descrição da cidade se associam lendas romanas (Cf. SALVATORELLI, 1969, p. 166). Mais tardiamente, as crônicas urbanas inserem-se neste filão, ao testemunharem a celebração dos momentos de maior esplendor das cidades, o orgulho dos ‘burgueses’ e o amor dos novos cidadãos pelas maravilhas da sua terra: Bonvesin de la Riva, por exemplo, em *De magnalibus urbis Mediolani* (RIVA, 1974), enaltece a opulência da vida quotidiana, cívica e religiosa de Milão; um anónimo genovês exalta poeticamente a sua cidade (ANONIMO GENOVESE, 1970, p. 560-563); Martin da Canal elogia a cidade da laguna na *Storia di Venezia* (CANAL, 1972), em franco-véneto, uma crónica iniciada em 1267 e interrompida em 1275; Giovanni Villani compõe a *Nuova Cronica* (VILLANI, 1991), centrada na cidade de Florença, obra que foi continuada, primeiro, pelo irmão Matteo e, depois, pelo filho Filippo<sup>16</sup>. A todas elas é comum o uso do discurso hiperbólico em função do entusiasmo sentido pelos autores, visando o engrandecimento e a glorificação da cidade em que vivem. Contudo, no Renascimento, tendo em conta o acentuado orgulho pelo torrão natal, reforçado por uma nova consciência política e cívica, bem como pela ideia de imitar os Antigos e mostrar a sua superação pelos modernos em riqueza e sabedoria, o elogio das cidades alcança maior vitalidade e surgem numerosos textos com esse objetivo explícito ou, então, outros

---

<sup>16</sup> Sobre esta matéria, veja-se CESERANI e DE FEDERICIS. 3. 1979, p. 70-88.

acabam por ser contaminados pelo mesmo espírito, muito embora redigidos com diferentes finalidades.

Com os Descobrimentos e suas consequências, uma das cidades que se torna objeto de constantes elogios é a capital do Reino, Lisboa, pelas riquezas que a ela afluem e pela sua monumentalidade. Longa é, pois, a série de obras que se incluem neste género. Talvez a mais conhecida seja a de Damião de Góis, *Vrbis Olisiponis descriptio* (GÓIS, 1554), de 1551. No entanto, outras se poderão enumerar com idêntico objetivo: de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, o *Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas (assim eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa* (Cf. FREIRE, 1908, p. 241-284), e *Majestade e grandezas de Lisboa em 1552* (BRANDÃO, 1917, p. 9-241), de João Brandão. Mas como acima refiro, é possível rastrear noutras obras descrições da capital alimentadas pelo mesmo espírito, como no *Tratado dos vários e diversos caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e a especiaria veyo da Índia às nossas partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos até à era de 1550* (GALVÃO, 1563), de António Galvão; de Francisco d'Ollanda, *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*<sup>17</sup>; ou na *Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião e do aparato e armada e gente que por seu mando se fez passar à África, no ano de 1578*<sup>18</sup>, onde se relata a agitação vivida antes da partida, dentro e fora de muros. Algo de semelhante acontece no diálogo *Da Embaixada Japonesa à Cúria Romana, e das coisas*

---

<sup>17</sup> O manuscrito da autoria de Francisco de Holanda, intitulado *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, é datado do mês de Julho de 1571 e obteve a licença para impressão em 13 de Abril de 1576, redigida por Frei Bartolomeu Ferreira, mas não chegou aos prelos. O original encontra-se na Biblioteca Nacional da Ajuda, com a cota 51:III-9. Foi publicado em edição crítica, segundo o autógrafo inédito de 1571, por Joaquim de Vasconcelos (Holanda, 1879). No entanto, como essa edição apenas incluía o texto, sem gravuras, voltou a ser publicado por Alberto Cortês, com apresentação de Vergílio Correia: HOLANDA, 1929.

<sup>18</sup> *Relação...*, 1849.

*observadas na Europa e em toda a viagem. Diálogo coligido do Diário da mesma Embaixada e vertido na língua latina pelo P.<sup>e</sup> Duarte de Sande, da Companhia de Jesus, impresso em Macau no Império da China, na Casa dos Jesuítas, com licença do ordinário e dos superiores, em 1590* (SANDE, 1590 (reeditado por RAMALHO, 1997), quando se descreve a capital do Império. Nesta sequência, Luís Mendes de Vasconcelos redige *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e comunicação* (VASCONCELOS, 1608), Frei Nicolau de Oliveira elabora o *Livro das Grandezas de Lisboa* (OLIVEIRA, 1620) e o P.<sup>e</sup> Manuel Godinho inclui uma história da maior cidade do Reino na *Relação do Novo Caminho que fez por terra e Mar vindo da Índia para Portugal no ano de 1663* (GODINHO, 1665 (Reimpresso em 1974). Vejam-se as p. 22-23). Manuel Marques Resende, em 1730, ainda compõe o *Espelho da Corte, ou hum breve mappa de Lisboa, no qual epilogadamente se mostraõ, e retrataõ as suas grandezas, e hum abbreviado elogio, e verdadeira copia dos bons costumes de seus habitadores, em hum Dialogo curioso, e aprazivel* (RESENDE, 1730) com os mesmos objetivos. Lisboa compara-se às grandes cidades da Europa e os escritores portugueses não deixam até de celebrar algumas delas<sup>19</sup>. Por outro lado, também outros centros urbanos portugueses despertam a atenção dos intelectuais. Cataldo Parísio Sículo enaltece Santarém<sup>20</sup>; Damião de Góis redige *Hispaniæ siue de ubertate eius et potentia, aduersus Sebastiani Munsteri calumnias* (GÓIS, 1542), onde se tece um elogio às terras hispânicas; André de Resende elabora a *História da Antiquidade da cidade de Évora* (RESENDE, 1553), alargado elogio fundado no património arqueológico ali encontrado.

---

<sup>19</sup> Vejam-se as obras de RESENDE, 1530, e de GÓIS, 1546.

<sup>20</sup> Sobre as abundantes referências a Santarém dispersas nas obras de Cataldo, cf. Ramalho (1969, p. 73-77).

Não admira, por conseguinte, que este tipo de assunto se torne objeto de poemas celebrativos. Ainda no Renascimento, Girolamo Britonio compõe *Vlybonæ regiæ Lusitaniæ urbis Carmen* (BRITONIO, 1546). Além de descrever e exaltar a cidade e a família real, enaltece as glórias lusitanas, a ponto de as considerar dignas de serem cantadas por outros poetas italianos, elogiando ainda os humanistas espanhóis e portugueses. Se Camões não envereda por esta senda e privilegia, em sua vez, a exaltação de Europa, colocando o Reino Lusitano como cabeça e coroa do continente<sup>21</sup>, no século XVII inicia-se a composição de uma série de poemas épicos, alimentados por um espírito nacionalista mais vincado, que celebram a fundação e a grandeza de cidades portuguesas, muito particularmente de Lisboa. Porventura o mais conseguido de todos estes poemas, e seguindo de modo evidente o modelo camoniano, é a *Ulyssea ou Lisboa edificada* (CASTRO, 2000 (1.ª ed.: 1636)), de Gabriel Pereira de Castro. Dois anos mais tarde, em 1638, João de Pavia redige a *Descrição da Cidade de Viseu. Suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um Natural* (PAVIA, 2002 (Manuscrito com a data de 1638)); por sua vez, em 1640, António de Sousa de Macedo dá à estampa *Ulyssippo. Poema Heroico* (MACEDO, 1640), versando igualmente a fundação de Lisboa; depois destes, refira-se o poema do P.<sup>e</sup> Teodoro de Almeida, intitulado *Lisboa Destruída* (ALMEIDA, 1803), relacionado com o terramoto de 1755 e subsequente reconstrução da cidade, por iniciativa do Marquês de Pombal; e a encerrar esta série de obras, Miguel Maurício Ramalho dá à estampa *Lisboa Reedificada* (RAMALHO, 1780), em 1780, em que transpõe para o verso heroico a gloriosa reconstrução da urbe depois do

---

<sup>21</sup> Sobre esta matéria, veja-se o ensaio de Pinho (2007, p. 133-170).

cataclismo, exaltando as virtualidades modernas do novo espaço, qual reiterado renascer da Fénix. A todas estas epopeias são comuns os aspetos constituintes referentes às *laudes urbium*, ou elogio das cidades, acima focados, traduzindo o esforço de enaltecimento dos centros urbanos em causa e sua magnificência.

Deste espírito encomiástico se contamina então o discurso épico e, de modo consciente ou inconsciente, o certo é que Xanana Gusmão fez inserir o seu poema neste glorioso filão das epopeias de espaço. Contudo, se de espaço se fala, Timor não se reduz ao universo da capital. A *amplificatio* épica leva o poeta a articulá-lo com o interior da ilha, que se desvenda a partir da estreita relação logo estabelecida pelo habitante da periferia urbana com o meio rural. Nessa abertura de horizontes, é a profusão da flora que se arvora em recurso de enaltecimento da pátria. Não tanto a flora natural, espontânea da paisagem timorense, mas antes a que resulta da fadiga e esforço da população, do suor do trabalho dos que se dedicam à agricultura e, desse modo, contribuem para gerar a riqueza da ilha. Por outro lado, são esses os aspetos que servem inclusive de expediente identitário do cenário heroico da luta pela sobrevivência. Não será por acaso que, nesse contexto, se aflore o vestuário típico das populações (o *cambatic* das mulheres e a *lipa* dos homens) e se aluda às palapas, enquanto elemento marcante da paisagem timorense, muito embora carregadas de uma conotação disfórica, pelo estado de podridão em que se encontram, a vergar com o peso dos anos e que obrigam o leitor a refletir sobre essa sombra, porventura a mais negra inserida no discurso heroico. De maneira não muito diferente, e em paralelo, se acha o contexto timorense reconstituído no “Poema (Pisaste um dia a terra

descalça)” (GUSMÃO, 1995, p. 206-207), onde se procede à enumeração dos termos locais da realidade circundante como estratégia determinante para a caracterização da especificidade do espaço natural e humano de Timor. No entanto, lá, “Homem e Natureza aí se abraçam” numa relação simbiótica, em que a mãe-terra, fértil e generosa, como nos mitos ancestrais, fornece ao habitante seu filho o sustento que lhe é necessário. E a população é pacífica, ocupando os seus dias no cultivo do milho, das frutas, dos legumes, em particular a batata e a mandioca. Nessa agricultura de subsistência, persiste um pouco do mito da Idade do Ouro, da *aurea mediocritas*, que leva o poeta a projetar com viva fé um futuro mais farto e risonho.

No cenário das montanhas, impõe-se depois o mar de corolas brancas dos cafezeiros, espalhados pelas encostas verdes e húmidas, onde a erva das pastagens é mansa de orvalho e a abundância de águas cristalinas contribuem para amenizar a dura sina do agricultor. Em baixo, os arrozais balouçam e estremecem ao sabor das brisas, que o bom tempo acalenta, e os bambus rugem, albergando e abrigando a cobra ou a jiboia com a segurança que a natureza generosamente providencia.

Tudo parece adequar-se aos códigos idílicos e bucólicos da tradição clássica que inundaram o discurso poético a partir do Renascimento. É como o jardim do Éden reencontrado, uma natureza intacta, o *loecus amoenus*, a ignorância do perigo e do mal, onde o fascínio pela harmonia do canto das aves, traduzido simultaneamente em sinestésias de flores, evidencia o sublime das paisagens e o pitoresco dos pormenores. A epopeia também não fica imune a esse gosto e n’Os *Lusíadas*, o episódio da Ilha dos Amores é um bom modelo dessa paisagem mítica reencontrada. Todavia, é em pleno Barroco, sempre

em espaços insulares que esta imagem da natureza de pujança tropical se encontra plenamente moldada, embora aí se enriqueça e venha a adquirir outros contornos, como, por exemplo, no poema de Manuel Tomás, *A Insulana* (TOMÁS, 1635) — onde se exploram com exaustão os aspetos atrás enunciados e, muito particularmente, os dados que Gaspar Frutuoso colige na sua obra *Saudades da Terra* (FRUCTUOSO, 1966). Assim, a epopeia transfigura-os, numa verdadeira apoteose, exaltando o arquipélago, mas muito em particular a ilha da Madeira, “a Princesa das Ilhas” (como refere na estrofe 2 do Canto I) (TOMÁS, 1635, p. 1) desde o seu descobrimento. Antes disso, a ilha não passaria de uma miragem, ainda que se confunda com um cenário idealizado, caracterizado pela abundância de ribeiras, árvores, montes e vales. A fauna não fica excluída do merecido tratamento poético e insere-se na descrição, mas às aves misturam-se as ninfas dos prados e das árvores, numa simbiose apoteótica entre o plano da natureza e do maravilhoso, para maior deslumbramento do leitor e glorificação dos espaços descobertos. Aqui, em Timor, fica a enumeração apenas reduzida à cobra e à jiboia.

E paulatinamente seguindo a ordem da criação, ao reino animal segue-se o vegetal e introduz-se o inventário das espécies florestais existentes, numa tal profusão, que o leitor fica com a impressão de se encontrar no meio de bosques em nada inferiores àqueles conhecidos através das composições poéticas da tradição bucólica mais rigorosa. Tomando como referência o mesmo poema de Manuel Tomás, que conserva os modelos clássicos como paradigma, a terra recém-descoberta é o *loecus amoenus*, a atualização dos jardins das Hespérides, o Éden reencontrado, deixando entrever o dealbar da nova



Idade do Ouro. Não será desprezado o fomento da agricultura e a introdução de novas plantas que vêm diversificar a flora insular, ao mesmo tempo que proporcionam novas fontes de riqueza. Por isso, não admira que a ilha floresça em população, força, nobreza, sabedoria e opulência, acabando por consolidar a ideia de um novo Paraíso, da harmonia da Cidade de Deus com a cidade dos Homens à superfície da Terra. Em suma, é o sonho de uma sociedade que se alimenta das potencialidades da utopia humanista que assim se projeta no canto épico do Barroco.

Cerca de 170 anos depois da *Insulana*, é publicada a *Zargueida* (VASCONCELOS, 1806), de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, mas os tempos já são outros. A ideia de um lugar onde a paisagem ainda surge na sua pureza original, não conspurcada pelo contacto humano, decerto que ainda fascina o poeta — e certamente os leitores —, mas agora remete mais e de modo significativo para uma abordagem rousseauniana da natureza. O tratamento da ilha neste caso, embora também se paute pelo deleite estético do espetáculo da criação, impõe-se mais pelo fascínio da possibilidade do contacto do homem com uma terra pura, uma terra que carecia, inclusivamente, da espontânea ferocidade animal.

No entanto, se confrontarmos o tratamento da ação e do espaço com o do poema anterior, não é surpresa verificar que, na *Zargueida*, adquire maiores proporções e mais significativo relevo o gosto pela paisagem noturna e tempestuosa, comprazendo-se o poeta nos pormenores e detendo-se na descrição do panorama com outro deleite. Límpida e estrelada, a noite permite agora ao Homem a contemplação do firmamento e a volúpia do indivíduo perante a grandiosidade do universo. A paisagem agreste em que os Sátiros e Silvanos se

movimentam mais parecem um cenário de um melodrama lírico, que não exclui o gosto pelo sublime ou pelo pitoresco, a anunciar a majestade das paisagens românticas. E a crença no poder da ciência, a confiança no progresso, a esperança na felicidade social traduzem-se na imagem de audácia que um povo pode demonstrar, mediante o desenvolvimento da agricultura, tornando-a a chave para a resolução de todos os problemas sociais. Tal facto, porém, não exclui o fascínio pela paisagem primaveril, ao gosto arcádico, que se coaduna de modo eficaz com a descrição da paisagem madeirense. Pelo facto, o poeta aproveita o ensejo para apresentar o elenco de todas as espécies florais que é possível encontrar na Ilha, e numa profusão tal, que se transforma numa apoteose, numa exaltação da fertilidade da terra (Cf. VASCONCELOS, 1806, p. 122-136). Inserindo-se na tradição literária que recolhe da Antiguidade os temas e *topoi*, que são reelaborados no Renascimento, o Barroco e, depois, o Neoclassicismo, constroem da Madeira e, embora em menor escala, do Porto Santo, a imagem de um sonho de arquipélago, de um mundo novo pleno de potencialidades utópicas, cuja concretização se traduziria na ideia de um arquipélago de sonho.

É nesse entrementes que o espaço brasileiro começa também a ser objeto do discurso literário e, mormente, da exaltação épica. Aí, o leitor aceita como perfeitamente natural que os aspetos mais valorizados sejam o exotismo da fauna e da flora, o tropicalismo e o nativismo, pela peculiaridade, pujança e fertilidade da natureza; pelo clima quente e agradável; pela embriaguez dos sentidos e pelo deslumbramento perante um ambiente fascinante; pelo confronto com o índio e pela curiosidade despertada pela especificidade da sua

cultura<sup>22</sup>. Nos poemas épicos que enfocam essa realidade, a *Prosopopeia* (TEIXEIRA, 2004 (1ª ed.:1601)), de Bento Teixeira, exalta a maravilha das costas de Olinda e do Recife<sup>23</sup>, a ponto de aí localizar um concílio dos deuses olímpicos, de acordo com o paradigma proposto n' *Os Lusíadas*; no *Uraguai* (GAMA, 2003 (1ª ed.: 1769)), de Basílio da Gama, assiste-se ao reconhecimento da figura do índio nativo, valorizando-se mais a sua coragem, identidade e cultura, do que propriamente o espaço envolvente, muito embora a ele sejam dedicados alguns dos versos mais conseguidos de toda a obra; Fr. Manuel de Santa Maria de Itaparica, quer no seu poema intitulado *Eustachidos. Poema Sacro e Tragicomico, em que se contém a Vida de S.<sup>to</sup> Eustachio Martyr, Chamado antes Placido, e de sua Mulher, e Filhos* (ITAPARICA, 1769), fortemente imbuído de um carácter hagiográfico, quer na *Descrição da Ilha de Itaparica, Termo da Cidade da Bahia* (ITAPARICA, 1769a), em que se centra especificamente sobre a realidade da ilha de Itaparica e ambientes adjacentes, nas imediações da cidade da Baía, dá largas à sua criatividade e, quase num hino à Criação em tom franciscano, não omite a sensualidade das praias e do mar, enumerando, de seguida, peixes, mariscos, abundância de águas e fontes, gado, flores, frutas, árvores e legumes, para depois se centrar na componente humana, nos engenhos, freguesias e capelas, em homenagem dos santos padroeiros<sup>24</sup>. É um modelo semelhante que José de Santa Rita Durão segue no

---

<sup>22</sup> Sobre esta valorização do espaço brasileiro, veja-se a obra de HOLANDA, <sup>6</sup>2002 (1ª ed.: 1959).

<sup>23</sup> Vejam-se sobremaneira as estâncias XVII-XXI.

<sup>24</sup> Deve, no entanto, notar-se que a *Descrição da Ilha de Itaparica, Termo da Cidade da Bahia* surge como que uma resposta à silva de Manuel Botelho de Oliveira intitulada *A Ilha da Maré*, composição em que se manifestam emoções súbitas, violentas e intensas, provocadas pela vivência da natureza e a exuberância da paisagem, sendo enumerados os mesmos elementos acima referidos. Pelo facto, o poema adquire também um tom encomiástico e panegírico, com longas tiradas laudatórias, à semelhança do que depois acontece com a *Descrição da Ilha de Itaparica*. Cf. OLIVEIRA, 2005, p. 127-136 ou OLIVEIRA, 2005a, p. 127-136.

*Caramuru* (DURÃO, 2000 (1ª ed.: 1781), sem alcançar, todavia, a dimensão poética das composições do Frade de Itaparica. Não omite o poeta ter consultado e seguido manuais de botânica e zoologia para realizar essa descrição exaustiva da flora e fauna tropicais, resultando daí um discurso erudito, acadêmico, até mesmo livresco, sem a espontaneidade, nem a capacidade sugestiva, contidas nos poemas anteriormente referidos, se bem que ilustrativo de uma realidade pletórica de exotismo e variedade de espécies. No entanto, pela minudência da relação contida no Canto VII, sobretudo a partir da estância XXVII (Cf. DURÃO, 2000, p. 215-231), o leitor não pode deixar de se sentir distante no tempo e no espaço do modelo arquetípico, agora ao alcance, graças ao dom que a poesia tem de reconstituir o passado e o longínquo através do olhar nostálgico e da fantasia do poeta. Por isso mesmo, além dos aspetos frequentemente cantados, o poeta, tocado pelo deslumbramento, pelo olhar nostálgico e pela fantasia com que reconstitui a realidade, associa também a descrição da costa, dos montes, rios e lagoas, como se de um completo compêndio versificado de geografia se tratasse. E nesta série de poemas se insere-se, depois, *Vila Rica*<sup>25</sup>, de Cláudio Manuel da Costa, com a reconstituição do exuberante cenário natural de Minas Gerais.

Por conseguinte, Xanana Gusmão, decerto atento aos códigos da tradição épica, enumera os aspetos dignos de menção relativos à reconstituição da paisagem natural da sua terra natal. Mas, entretanto,

---

<sup>25</sup> Costa (2002). Sobre a publicação do poema veja-se IGLÉSIAS, 2000, p. 21-22: "Diverso em tudo ao volume *Obras* é o poema *Vila Rica*, concluído em 1773 e dedicado ao Conde de Bobadela. O autor não se apressou em publicá-lo, mantendo-o inédito. Começou a aparecer na imprensa no início do século XIX, de modo irregular: ora a importante introdução, em 1813, no jornal *O Patriota*, com o título de "Memória histórica e geográfica da descoberta das Minas", ora em outras publicações, com o título mais correto, dado pelo autor. De 'Fundamento histórico'. A primeira edição completa do poema é de 1839, em Ouro Preto, seguida de outras, a segunda ainda no século XIX. Cláudio não se interessou em publicar o que escrevera como epopéia de criação de Vila Rica pelo governador Antônio de Albuquerque, em 1711."

vários séculos tinham ficado de permeio entre essas composições e o momento da redação do seu poema. Os géneros evoluem, adaptam-se, moldam-se ao gosto dominante, às ideias prevaletentes. O próprio conceito de paródia dos nossos tempos remete para uma reapreciação dos elementos estruturantes do género e a epopeia adquire e assume traços que a adequam ao contexto em que acaba por ser gerada.

Hoje, toda essa vertente lírica do tratamento do espaço é contrabalançada por considerações pertinentes, alusões de teor ético, quando não mesmo do foro político-social. Assim, esta sequência de estâncias de *Mauberíadas* inicia-se logo por uma adjetivação indiciadora da denúncia da situação socioeconómica da generalidade da população timorense, de modo especial daquela que retira o seu sustento da terra, com o suor árduo do trabalho: nas “fríguas paragens”, onde o esforço humano se dilui com a tristeza da existência e o estilo de vida próprio da escravatura são “marcas do poder profano”, assumindo as palavras do poeta, acentua-se uma condição humana abjeta tisonada pelas moléstias, pelos penares do dia-a-dia, pela fome, frio e resignação, em que a fartura paradoxalmente abunda, abunda, pois, mas para “estranhos celeiros”. Daí se compreender que Xanana componha paralelamente poemas como “Ao Maubere Operário” (GUSMÃO, 1981, p. 16-18), em que a denúncia da exploração desmedida do povo timorense se acentua e desenvolve. Por consequência, a ideia do Paraíso que a natureza sugeriria é maculada pela realidade da “cidade dos homens”, pela exploração, injustiça e desigualdade dominante.

O tom melancólico do discurso adensa-se depois ainda mais, porque se reconhece na indigente agricultura a base da economia da ilha e, por isso, se compreende que se interrompa o discurso épico de

exaltação das belezas da paisagem e virtualidades do povo maubere, miserável de condição, mas em perfeita harmonia com a natureza que o cerca, de modo não muito diferente do que antes foi apontado seguindo os modelos preconizados por Rousseau. Procede-se, então, à denúncia aberta das causas do subdesenvolvimento deste sector. Pega-se e transcreve-se a desculpa corrente de que “O timor não produz porque não quer!”, para, dialeticamente, se demonstrar que não é pela preguiça, nem tão pouco pela atávica apatia do povo maubere que a situação se arrasta; encapotada por fortes argumentos, a “santa caridade”, ao serviço das estruturas-base da sociedade, que justificam os fracos apoios, a “esmolinha” distribuída serve para sonegar a corrupção vigente, os jogos de interesses que dominam a economia da colónia, a corrupção ao mais alto nível, os monopólios existentes e, em última instância, a aplicação errada de políticas económicas e, mais especificamente, de (pseudo-)desenvolvimento da agricultura. E os “pulhas” que rodopiam nos círculos influentes sentem-se protegidos pelo manto diáfano da lei, apenas zelosos com o bem-estar próprio, pelo que a riqueza produzida acaba por engrandecer os que já são abastados e a situação do povo que trabalha é minada pelo sistema secularmente instituído e pela exploração de séculos. Não é por acaso que a estância que contem estas reflexões de crua acusação se encerre com a exclamação “Oh! corrupção!, que rima significativamente com “exploração”. Aliás, idêntica é a aguda denúncia contida no poema “Caleidoscópico” (GUSMÃO, 1981, p. 30-32), que evidencia os cancros do sistema como alheios ao povo maubere, mas antes intrínsecos ao sistema de exploração dominante que é alheio e estranho à população da ilha, não impedindo, todavia, que ela seja a sua vítima direta. E

assim a epopeia constrói uma estreita rede de relações intertextuais com a produção lírica do poeta!

De qualquer maneira, compreende-se que o quadro bucólico tecido com uma índole heroica se afaste dos padrões idílicos tradicionais pelo forte realismo social que o impregna, desmontando e reconstruindo os códigos épicos, muito embora o espírito nacionalista se preserve através da demonstração do amor à natureza e ao povo maubere. E as duas restantes estâncias desta sequência reassumem de modo semelhante a estratégia antes seguida. Mas nem sempre a natureza é pródiga e generosa; vezes há em que é implacável. Mais do que os traços da fúria dos elementos de índole romântica, acima apontada, o desencadear incontrollável das forças naturais, o período das chuvas torrenciais, o caudal das ribeiras que engrossam até ao mar, as estradas cortadas, esburacadas e arruinadas, assumem-se como fatalidades atávicas que caem sobre gerações e gerações, e provocam lágrimas e tristezas pelas destruições causadas. Ironicamente, a introdução *ex-abrupto* do contraponto particular do poeta impõe-se como um comentário à situação que se arrasta pelos séculos dos séculos, desde o alvorecer dos tempos. Torna-se agora o momento oportuno para delatar os

[...] sarcásticos risos dos que troçam  
E culpam o timor por inconstante! (XI, 7-8)

Já a modo de fecho desta série de estâncias, desculpabiliza-se o colonialismo português, visto nas entrelinhas até com alguma benevolência, na linha de um ângulo mais genérico, antes apontado, acusando-se antes o sistema, independentemente da sua origem e configuração, fosse ele português, holandês, japonês ou australiano, que

permitiu e fomentou os desaires apontados, bem como a incompetência dos que ocuparam cargos decisivos, o respetivo oportunismo e corrupção, enfim tudo aquilo que era intrínseco a quantos pretendiam fazer de Timor um Paraíso... de consumo exclusivo e pessoal. Retoma-se, desta maneira, o discurso delator da estância X, antes referenciada.

O muito que se fez ou não se fez  
Ou ainda o muito que haja por fazer  
Oh! não se culpa o povo português  
Nem a todos que cá vieram ter  
Mas, sim, a qualquer estrutura falsa,  
Aos inconscientes (que grande friso!)  
Que ensaiavam tango e dançavam valsa  
Fazendo em Timor o seu paraíso!" (XII)

Desconstrói-se, assim, neste poema a imagem tradicional que o Ocidente construiu do Orientalismo. Trata-se, é certo, de um Orientalismo peculiar, já que o exotismo está presente, com a especificidade da cultura maubere, as belezas naturais imanentes, que ainda hoje continuam a atrair o turismo de massas europeu para aquelas regiões e que aqui também é objeto do canto épico, mas, a contrabalançar, não se dissimulam as dificuldades e os problemas sociais, ancorados em situações clamorosas do foro político-social. Desse modo, o discurso grandiloquente é contaminado por subterfúgios de outros níveis discursivos, como aliás os códigos épicos desde sempre previam, em que era aconselhado, por uma questão de variedade e quebra da monotonia, essa inserção de alternativas marcadas por um tipo de elocução mais humilde. Muito embora, na altura, sem o tom delativo que aqui é também de modo corajosamente assumido. Mediante a desconstrução do estilo épico da tuba canora tradicional, assiste-se à revitalização da componente discursiva e, em última instância, à revisão e atualização dos códigos inerentes à epopeia. E,



mais rica do que a imagem estereotipada desse para-vento sereno da representação, imitação ou mistificação, segundo uma visão eurocêntrica de um certo Oriente exótico, misterioso, problemático, mas também sedutor, Xanana Gusmão ajusta a sua visão épica do povo maubere e do espaço da ilha a um conceito bem realista e objetiva do seu universo poético. A grande História entra no universo da epopeia, não para evocar os grandes feitos de heróis ilustres, mas para elevar à categoria de protagonista um herói coletivo e a terra que lhe dá o ser. Nessa perspectiva, aproxima-se do grande modelo épico seguido, Luís de Camões, quando, logo no título do poema, remete para esse outro herói coletivo, os Lusíadas, aqui atualizado em Mauberíadas. Como tal, compreende-se que na estância “Final” com que o Canto se encerra transpareça de modo mais evidente do que antes fora feito, agora sob a técnica da citação, o intertexto camoniano:

**FINAL**

Se em valor este canto só merece  
 “A lei da morte” ... ínfima pobreza  
 De quem só a verdade enaltece...  
 E juntou à do povo a sua tristeza ...  
 Que outro vate ou mor engenho cante  
 A odisseia do povo, com amor,  
 E que por estes lados do Levante.

A modéstia do poeta — outro dos *topoi* épicos respeitados — sublinha, no entanto, “a ínfima pobreza” do seu canto, que, clarividentemente, é marcada pelo enaltecimento da “verdade”. Tal facto leva, no entanto, mediante a adoção de um vocabulário inerente a um idioleto de fundo marcadamente camoniano, a desafiar o génio de outros “Vates” com “mor engenho”, a par do que sucede n’Os *Lusíadas*, I, 2, 8 e I, 4, 2, que se aquilatem na composição de um canto mais alargado e grandioso sobre a odisseia do povo timorense, e que sejam

igualmente inspirados pelo amor à pátria e ao torrão natal, ao povo e à cultura com que simbioticamente o autor se identifica. Por outro lado, a assunção do sintagma camoniano d' "a lei da morte" (que ocorre n'Os Lus., I, 2, 6) remete igualmente o leitor para o binómio dialético de natureza épica, em que os grandes acontecimentos subsistem e perduram na memória dos povos e nações através do poder encantatório da palavra, da poesia, que tem esse poder mágico de os reconfigurar virtualmente, de os atualizar e o perpetuar na memória das comunidades, transformando-os em motivos inspiradores para a continuidade da respetiva existência.

Mas, tal como Camões, o poeta não se distancia da matéria cantada, sente-se envolvido no processo histórico e pelo próprio discurso que o supera e afeta, tendo em conta os acontecimentos tratados. Perante as situações que suscitam e provocam a sua indignação, assume uma atitude crítica, interrompe o canto épico para tecer considerações, emitir comentários e denunciar os casos flagrantes que merecem a sua repreensão. Por isso, junta "à do povo a sua tristeza"... e o poeta impõe-se, assim, como porta-voz de uma alternativa, de um sonho individual que traduz a ambição coletiva de uma utopia construtiva para o seu povo e nação — no momento da composição da obra, a independência —, e que pode proporcionar a matéria desse novo canto que exalta a alvorada da nacionalidade, "do Levante", o nascer de um país rejuvenescido e revitalizado pela consciência da vontade que o norteia. Mal sonhava Xanana Gusmão com as perseguições que estavam por chegar, com o martírio e chacina do povo maubere, com os anos de prisão a suportar... Mas a epopeia acaba sempre por se alimentar com o derramamento de sangue pátrio,

com o sofrimento dos heróis que persistem na luta e alcançam o seu lugar na galeria do Templo da Memória para as gerações vindouras. E, depois da composição desta epopeia, coube-lhe pegar em armas e dirigir a guerrilha, a outra dimensão épica da ação do poeta-herói.

*Mauberíadas* é, assim, um exemplo acabado desse processo *in fieri* de atualização dos géneros, da vitalidade da epopeia em contextos em que faz sentido a sua composição. Por outro lado, duma maneira ou doutra, nessa dinâmica de revitalização, é também desse profícuo encontro e diálogo de culturas, estabelecido especificamente entre os dois poetas, Luís de Camões e Xanana Gusmão, cujo objetivo foi em ambos os casos o de afirmar e divulgar ao mundo a grandeza, a coragem e identidade da sua pátria, que se revivifica um género que há muito a crítica e a teoria literária tem vindo a considerar esgotado. E, no final do século XX, princípio do século XXI, é ainda a epopeia o género escolhido e assumido para dar forma a um canto fundacional da nação mais jovem da modernidade com reconhecimento internacional.

## Referências

ALMEIDA, P.<sup>e</sup> Theodoro de. *Lisboa Destruída. Poema*. Lisboa: na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1803.

ANONIMO GENOVESE. *Poesie*. Roma: Ateneo, 1970.

BAKHTIN, Mikhail. “Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance”. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. de Aurora F. Bernadini *et al.* São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BARBOSA, Damares. *Roteiro da Literatura de Timor-Leste em Língua Portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 2013.

BRANDÃO, João. *Majestade e grandezas de Lisboa em 1552*. *Archivo Histórico Portuguez*. Lisboa, 1917, XI, p. 9-241.

BRITONIO, Girolamo. *Vlybonæ regiæ Lusitaniæ urbis Carmen*. Roma: s. n., 1546.

BURGESS, Theodore C.. “Epideictic Literature”. *Studies in classical Philology*. Chicago, III, 1902, p. 89-148.

CANAL, Martin da. *Les estoires de Venice, cronaca veneziana in lingua francese dalle origini al 1275*. Trad. it. di A. Limentani. Firenze: Olschki, 1972.

CASTRO, Gabriel Pereira de. *Ulyssea ou Lisboa edificada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000 (1.ª ed.: Lisboa: por Paulo Crasbeeck, 1636).

CESERANI, Remo, e DE FEDERICIS, Lidia. *Il Materiale e l’Immaginario*. Vol. 3: *La Società Urbana*. Torino: Loescher Editore, 1979.

CORREIA, Pezarat. “Portugal na hora da descolonização”. REIS, António (Dir.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 160-168.

COSTA, Cláudio Manuel da. *Vila Rica*. PROENÇA FILHO, Domício (Org.), *A Poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002, p. 347-446.

DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2000 (1ª ed.: Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1781).

*Enterrem o meu coração no Ramelau. Poesia de timor Leste*. Cadernos da União de Escritores Angolanos, 2, s. d..

FASOLI, Gina. “La coscienza civica delle ‘Laudes civitatum’”. *La coscienza cittadina nei comuni italiani del Duecento*. Atti dell’ XI Convegno del Centro di Studi sulla spiritualità medievale. Todi: Academia Tudertina, 1972, p. 9-44.

FERREIRA, Priscilla de Oliveira. *Que Timor é este na literatura de Luís Cardoso?. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, em Estudos da Literatura, Instituto de Letras da Universidade Federal de Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

FREIRE, Braamcamp. “Intróito” a “Povoação da Estremadura no XVI.º século”. *Archivo Histórico Portuguez*. Lisboa: 1908.

FRETILIM. *Timor Leste*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981.

FRUCTUOSO, G.. *Saudades da Terra (Vol.1-6)*, 1873. [S.l.]: Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1966.

GALVÃO, António. *Tratado dos vários e diversos caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e a especiaria veyo da Índia às nossas partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos até à era de 1550*. Lisboa: em casa de João da Barreira, 1563.

GAMA, Basílio da. *Uruguai*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2003 (1ª ed.: 1769).

GARCIA, José Manuel. “O início dos contactos dos portugueses com Timor”. GARCIA, José Manuel. *Descobrimientos. 600 anos do início da expansão portuguesa*. Vol. 6: *Os últimos grandes descobrimentos no Oriente*. Vila do Conde: Verso da História, 2015, p. 29-33.

GARCIA, José Manuel & SEIXAS, Paulo Castro. “Marcas Portuguesas em Timor Lorosae”. TAMEN, Teresa (Coord.). *Portugal e o mundo: o Futuro do Passado. 2. Timor Lorosae*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura / Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento / Banco de Portugal, 2002, p. 51-93.

GODINHO, P.<sup>e</sup> Manuel. *Relação do Novo Caminho que fez por terra e Mar vindo da Índia para Portugal no ano de 1663*. Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1665 (Reimpresso em Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974).

GÓIS, Damião de. *Hispaniæ siue de ubertate eius et potentia, aduersus Sebastiani Munsteri calumnias*. Lovanii: apud Rutgerum Rescium, 1542.

\_\_\_\_\_. *Olisiponis descriptio*. Évora: por André de Burgos, 1554.

\_\_\_\_\_. *Vrbis Lovaniensis Obsidio*. Ulyssipone: apud Lodovicum Rhoterigium Typographum, 1546.

GOMES, Ana. “O presente em Timor Lorosae”. TAMEN, Teresa (Coord.). *Portugal e o mundo: o Futuro do Passado. 2. Timor Lorosae*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura / Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento / Banco de Portugal, 2002, p. 23-28.

GUSMÃO, José Alexandre. “Ao Maubere Operário”. FRETILIM. *Timor Leste*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981, p. 16-18.

\_\_\_\_\_. “Caleidoscópio”. FRETILIM. *Timor Leste*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981, p. 30-32.

\_\_\_\_\_. “Ensaio... I Parte”. *A Voz de Timor*. Sábado, 17 de Maio de 1975, p. 5.

\_\_\_\_\_. “Ensaio... III Parte”. *A Voz de Timor*. 21 de Junho de 1975a.

GUSMÃO, José Alexandre (Sha’a Na Na). “Homenagem aos que tombaram”. FRETILIM. *Timor Leste*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981, p. 60-61.

GUSMÃO, José Alexandre. “Maubere”. FRETILIM. *Timor Leste*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981, p. 40-42.

GUSMÃO, José Alexandre (Sha’ Na Na). “Mauberíadas (Excertos)”. *Enterrem o meu coração no Ramelau. Poesia de timor Leste*. Cadernos da União de Escritores Angolanos, 2, s. d., p. 41-43.

GUSMÃO, Xanana. “Elegia ao Soldado Maubere”. *Enterrem o meu coração no Ramelau. Poesia de timor Leste*. Cadernos da União de Escritores Angolanos, 2, s. d., p. 40.

\_\_\_\_\_. *Mar Meu. Poemas e Pinturas / My Sea of Timor*. Prefácio de Mia Couto. Porto: Granito, Editores e Livreiros, Ltda, 1998.

\_\_\_\_\_. “Pátria”. MARCOS, Artur. *Timor Timorenses*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 205.

\_\_\_\_\_. “Poema (Pisaste um dia a terra descalça)”. MARCOS, Artur. *Timor Timorenses*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 206-207.

\_\_\_\_\_. “Povo sem Voz”. MARCOS, Artur. *Timor Timorenses*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 208.

\_\_\_\_\_. *Timor-Leste – Um Povo, uma Pátria*. Lisboa: Colibri, 2002.

HOLANDA, Francisco de. *Da fabrica que falece a cidade de Lisboa*. Madrid: Archivo Español de Arte y Arqueologia, n.º 15, 1929.

\_\_\_\_\_. *Da fabrica que fallece á cidade de Lisboa: Da sciencia do desenho*. Porto: Imprensa Portugueza, 1879.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002 (1ª ed.: 1959).

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

HYDE, J. K.. "Medieval Descriptions of Cities". *Bulletin of the John Rylands Library*, 48, 1966, p. 308-340.

IGLÉSIAS, Francisco. "A Obra". COSTA, Cláudio Manuel da. *Melhores Poemas*. São Paulo: Global Editora, 2000, p. 11-23.

ITAPARICA, Fr. Manuel de Santa Maria de. *Descrição da Ilha de Itaparica, Termo da Cidade da Bahia*. S. l.: s. ed., 1769ª.

\_\_\_\_\_. *Eustachidos. Poema Sacro e Tragicomico, em que se contém a Vida de S.<sup>to</sup> Eustachio Martyr, Chamado antes Placido, e de sua Mulher, e Filhos*. S. l.: s. ed., 1769.

LUKÁCS, Georg. *A Teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. br. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

MACEDO, Antonio de Sousa de. *Ulyssippo. Poema Heroico*. Lisboa: por Antonio Alvarez, 1640.

MARCOS, Artur. *Timor Timorenses*. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

MATTOSO, José. *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

NASCIMENTO Aires A.. "Apresentação", a GÓIS, Damião de. *Elogio da Cidade de Lisboa. Urbis Olisiponis Descriptio*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002, p. 43-72.

NEIVA, Saulo (Éd.). *Avatares da epopeia na poesia brasileira do final do século XX*. Recife: Fundação Joaquim Nabucco / Ed. Massangana, 2009.

\_\_\_\_\_. (Éd.). *Déclin & confins de l'épopée au XIXe siècle*. Tübingen: Gunter Narr, 2008.

\_\_\_\_\_. (Éd.). *Désirs & débris d'épopée au XX<sup>e</sup> siècle*. Berne: Peter Lang, 2008.

NEIVA, Saulo, & MONTANDON, Alain (Dir.). *Dictionnaire raisonné de la caducité des genres littéraires*. Genève: Droz, 2014.

OLIVEIRA, Manuel Botelho de. *Música do Parnaso*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Poesia Completa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1620.

[PAVIA, João de]. *Descrição da Cidade de Viseu. Suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um Natural*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2002.

PINHO, Sebastião Tavares de. “A descrição camoniana da Europa e a cartografia ginecomórfica”. PINHO, Sebastião Tavares de. *Decalógia Camoniana*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007, p. 133-170.

QUEIROGA, Mariene; SOUZA, Marinete; BERNARDO FILHO, João. “Nacionalidade, identidade e recusa em *Mar Meu*, poemas e pinturas”. KONA BA, Hatene. *Compreender, Understanding, Mengerti Timor Leste*. Vol. I. Hawthorn: Swinburne Press, 2014, p. 158-163.

RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1969.

RAMALHO, Miguel Maurício. *Lisboa Reedificada*. Lisboa: Na Regia Oficina Tipográfica, 1780.

RAMOS, Ana Margarida. “Literatura Timorense: da Emergência à Legitimação”. *Caderno Seminal Digital*, Ano 18, nº 18, v. 18, Jul. - Dez. 2012, p. 149-160.

*Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião e do aparato e armada e gente que por seu mando se fez passar à África, no ano de 1578*. *Bibliophilo*, Lisboa: Abril, 1849.

RESENDE, André de. *Encomium urbis et Academiae Louaniensis*. Antuérpia: por João Grafeu, 1530.

\_\_\_\_\_. *História da Antiguidade da cidade de Évora*. Évora: por André de Burgos, 1553.

RESENDE, Manuel Marques. *Espelho da Corte, ou hum breve mappa de Lisboa, no qual epilógadamente se mostraõ, e retrataõ as suas grandezas, e hum abbreviado elogio, e verdadeiro copia dos bons costumes de seus habitadores, em hum Dialogo curioso, e aprazivel*. Lisboa Ocidental: na Oficina da Música, 1730.

RIVA, Bonvesin de la. *Le meraviglie di Milano*. Milano: Bompiani, 1974.

SALVATORELLI, Luigi. “Arti e lettere nella Prima metà del secolo XIII”. SALVATORELLI, Luigi. *Sommario della Storia d'Italia*. Torino: Einaudi, <sup>12</sup>1969, p. 163-166.

SAMARTIM, Roberto López-Iglésias. “Poemas e Pinturas de Guerra. *Mar Meu* de Xanana Gusmão”. *Agália. Revista de Ciências Sociais e Humanidades*, vol. 73/74, 2003, p. 223-234.

SANDE, P.<sup>e</sup> Duarte de. *Da Embaixada Japonesa à Cúria Romana, e das coisas observadas na Europa e em toda a viagem. Diálogo coligido do Diário da mesma Embaixada e vertido na língua latina pelo P.<sup>e</sup> Duarte de Sande, da Companhia de Jesus, impresso em Macau no Império da China, na Casa dos Jesuítas, com licença do ordinário e dos superiores, em 1590*. In *Macaensi portu: in domo Societatis Iesu, 1590* (reeditado por RAMALHO, Américo da Costa. *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à Cúria Romana*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Fundação Oriente, 1997).

SEIXAS, Paulo Castro. “Portugueses na transição”. TAMEN, Teresa (Coord.). *Portugal e o mundo: o Futuro do Passado. 2. Timor Lorosae*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura / Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento / Banco de Portugal, 2002, p. 33- 50.

SILVA, Fabio Mario da. “Meu Mar – Timor: representações de um sofrimento histórico nas poéticas de Fernando Sylvan e Xanana Gusmão”. *Athena*, n.º 2, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus de Tangará da Serra, 2012, p. 1-11.

SOUZA, Marinete Luzia Francisca de. “As múltiplas identidades de Timor Lorosa’e: língua, literatura e cultura / Les multiples identités du Timor Lorosa’e: langue, littérature et la culture”. *Tabuleiro de Letras*. PPGEL – Salvador: Vol. 8, n.º 2, Dezembro de 2014, p. 16-30.

SPENGLER, Leonhard von. *Rhetores Graeci*, III. Lipsiae: sumptibus et typis B. G. Teubneri, 1853, p. 331-446.

SYLVAN, Fernando. “Presente e Futuro da Palavra Maubere”. MARCOS, Artur. *Timor Timorenses*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 181-184.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*. João Pessoa: Idéia, Editora Universitária, 2004 (1ª ed.: 1601).

TAMEN, Teresa (Coord.). *Portugal e o mundo: o Futuro do Passado. 2. Timor Lorosae*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura / Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento / Banco de Portugal, 2002.

TOMÁS, Manuel. *A Insulana*. Em Amberes: Em Caza de Ioam Mevrsio Impreffor, 1635.

VASCONCELOS, Francisco de Paula Medina e. *Zargueida*. Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e comunicação*. Lisboa: por Luiz Estupiñan, 1608.

VILLANI, Giovanni. *Nuova Cronica*. Vol. I-III. Milano: Guanda, 1991.

WALZ, Christian (Ed.). *Rhetores Graeci*, IX. Stuttgartiae: Sumtibus J. G. Cottaie, [1832-36], p. 127-330.

Recebido em 02/05/2016. Aprovado em 04/05/2016.